



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ (UFPI)
CAMPUS MINISTRO PETRÔNIO PORTELA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS (CCHL)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

**Análise da gestão de Programas de Pós-Graduação da UFPI no quadriênio
2013-2016**

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: Administração Pública

LINHA DE PESQUISA: Eficiência e Inovação Organizacional

Discente: Gleyce Maria Simplicio Revoredo Lima

TERESINA-PI
2019



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ (UFPI)
CAMPUS MINISTRO PETRÔNIO PORTELA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS (CCHL)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

**Análise da gestão de Programas de Pós-Graduação da UFPI no quadriênio
2013-2016**

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: Administração Pública

LINHA DE PESQUISA: Eficiência e Inovação Organizacional

Discente: Gleyce Maria Simplicio Revoredo Lima

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração Pública da Universidade Federal do Piauí como requisito para obtenção do título de mestre em Administração Pública.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Fabiana Rodrigues de Almeida Castro

TERESINA-PI
2019

FICHA CATALOGRÁFICA
Universidade Federal do Piauí
Biblioteca Comunitária Jornalista Carlos Castello Branco
Serviço de Processamento Técnico

L732a Lima, Gleyce Maria Simplicio Revoredo.
Análise da gestão de Programas de Pós-Graduação
da UFPI no quadriênio 2013-2016 / Gleyce Maria
Simplicio Revoredo Lima. – 2019.
73 f.

Dissertação (Mestrado em Administração Pública) –
Universidade Federal do Piauí, 2019.
“Orientadora: Prof^a. Dr^a. Fabiana Rodrigues de
Almeida Castro”.

1. Universidade. 2. Pós-Graduação. 3. Eficiência.
4. Avaliação. I. Título.

CDD 378.1

GLEYCE MARIA SIMPLICIO REVOREDO LIMA

**Análise da gestão dos Programas de Pós-Graduação da UFPI no
quadriênio 2013-2016**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional – PROFIAP, na Universidade Federal do Piauí, como requisito parcial a obtenção do título de Mestre em Administração Pública .

Área de Concentração: Administração Pública

Linha de Pesquisa: Eficiência e Inovação Organizacional

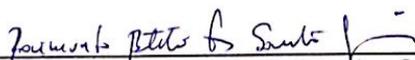
Orientador: Prof.^a Dr.^a Fabiana Rodrigues de Almeida Castro

Aprovado em 03 de abril de 2019.

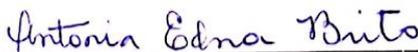
BANCA EXAMINADORA



Prof.^a Dr.^a Fabiana Rodrigues de Almeida Castro (UFPI)
Orientador(a)



Prof. Dr. Raimundo Batista dos Santos Júnior (UFPI)
Examinador Interno



Prof.^a Dr.^a. Antonia Edna Brito (UFPI)
Examinador Externo ao Programa

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus pelo paternal e sublime cuidado em todos os anos de minha vida, em especial durante a realização da minha Dissertação. À minha família e amigos, pelo carinho e incentivo ao longo do curso. Ao Ministério da Educação, CAPES, ANDIFES e UFPI, pela concepção e condução deste inovador projeto de Mestrado Profissional em Administração Pública. Aos professores e equipe do Profiap, em especial a minha orientadora Prof.^a Dr.^a Fabiana de Almeida Castro, pelos ensinamentos e pela paciência comigo. Enfim, a todos aqueles que direta ou indiretamente contribuíram para realização deste trabalho.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Resultados finais da Avaliação Quadrienal 2017 – Programas Acadêmicos e Programas Profissionais	31
Quadro 2 – Eventos Realizados pelo Programa de Pós Graduação em Ciências e Engenharia dos Materiais – UFPI	40
Quadro 3 – Proposta do Programa (Pautas Principais das Atas)	50
Quadro 4 – Corpo Docente (Pautas Principais das Atas)	51
Quadro 5 – Corpo Discente e Dissertações (Pautas Principais das Atas)	52
Quadro 6 – Produção Intelectual(Pautas Principais das Atas)	53
Quadro 7 – Inserção Social (Pautas Principais das Atas)	54
Quadro 8 – Disciplinas	56
Quadro 9 – Página do Programa	56
Quadro 10 – Regimento Interno do Programa	57
Quadro 11 – Plano de Ação	61

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APCN: Aplicativo de cursos novos

Capes: Comissão de Avaliação de Pessoal de Ensino Superior

CP & RI: Ciência Política e Relações Internacionais

CNE: Conselho Nacional de Educação

CNPQ: Conselho Nacional de Pesquisas

IPDi: Índice de Produção Discente

IPQ-r: Índice de Produção Qualificada-revistas

LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC: Ministério da Educação e Cultura

PDE: Plano de Desenvolvimento da Educação

PNPG: Plano Nacional de Pós-Graduação

Profiap: Mestrado Profissional em Administração Pública

UFPI: Universidade Federal do Piauí

PPGCM: Programa de Pós-Graduação em Ciência e Engenharia de Materiais

PPGCP: Programa de Pós-Graduação em Ciência Política

RENORBIO: Rede Nordeste de Biotecnologia

SUMÁRIO

RESUMO	9
1 INTRODUÇÃO	10
2 ENSINO DA PÓS-GRADUAÇÃO NO CONTEXTO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	14
2.1 Qualidade e Eficiência na Pós-Graduação Brasileira	20
3 A GESTÃO REALIZADA PELOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO DA UFPI EM RELAÇÃO AOS CRITÉRIOS ESTABELECIDOS NO DOCUMENTO DE ÁREA DA CAPES	29
3.1 Programa de Pós-Graduação em Ciência Política	29
3.1.1 <i>Documentos CAPES analisados do Programa de Pós Graduação em Ciência Política</i>	30
3.1.2 <i>Considerações Gerais sobre a Avaliação Quadrienal 2017</i>	32
3.1.2.1 Proposta do Programa	32
3.1.2.2 Corpo Docente	33
3.1.2.3 Corpo Discente	35
3.1.2.4 Produção Intelectual	36
3.1.2.5 Inserção Social	37
3.2 Programa de Pós-Graduação em Ciência e Engenharia de Materiais	38
3.2.1 <i>Documentos CAPES analisados do Programa de Pós Graduação em Ciência e Engenharia de Materiais</i>	41
3.2.1.1 Proposta do Programa	42
3.2.1.2 Corpo Docente	43
3.2.1.3 Corpo Discente	44
3.2.1.4 Produção Intelectual	45
3.2.1.5 Inserção Social	45
4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	47
4.1 Locus da Pesquisa	47
4.1.1 <i>Sujeitos da Pesquisa</i>	47
4.1.2 <i>Abordagem, Objetivos e Amostragem</i>	47
4.2 Coleta de Dados	48
5 ANÁLISE DOS RESULTADOS	50
5.1 Atas Reuniões Colegiado	50
5.2 Aspectos Complementares Analisados	56
6 PLANO DE AÇÃO	61
7 CONCLUSÃO	64
REFERÊNCIAS	64

RESUMO

O estudo aborda a temática da qualidade dos cursos de Pós-Graduação stricto-sensu no Brasil. A CAPES (Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior) é o órgão do Ministério da Educação que reconhece, avalia e credencia os cursos, a partir do resultado da Avaliação Quadrienal. Nesse contexto, busca-se no presente trabalho, analisar os fatores que contribuíram para o aumento ou diminuição dos padrões de qualidade dos Programas de Pós-Graduação, tendo como objeto de estudo, os Programas de Pós-Graduação em Ciência Política e Engenharia de Materiais da UFPI. A metodologia do trabalho caracteriza-se por sua natureza qualitativa e descritiva. Utilizou-se a análise de conteúdo por meio da categorização. Os resultados do estudo indicam a importância de uma gestão de qualidade e eficiente dos Programas de Pós-Graduação para um resultado satisfatório na Avaliação CAPES.

Palavras-chaves: Universidade. Pós-Graduação. Eficiência. Avaliação.

1 INTRODUÇÃO

Com a expansão dos cursos de pós-graduação no Brasil cresce também a preocupação com a sua qualidade. A Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior (Capes) é o órgão do Ministério da Educação responsável pelo reconhecimento e pela avaliação de cursos *stricto sensu* (mestrado profissional, mestrado acadêmico e doutorado) em âmbito nacional (BRASIL, 2017).

Dentro do tema Avaliação CAPES da Pós-Graduação, surgem questões como: por que alguns cursos aumentam sua nota enquanto outros as mantêm ou têm uma relativa queda? Como os programas de pós-graduação elevam a qualidade de seus cursos aumentando, conseqüentemente, sua nota? Quais as falhas apresentadas pelos programas que diminuiram a nota?

A importância do estudo acerca do desempenho dos Programas de Pós-Graduação brasileiro deve-se à necessidade de trazer à tona a discussão a respeito da avaliação dos cursos, de forma que a preocupação das universidades não deve ser somente a criação destes, mas também com o seu desenvolvimento, manutenção e limitações.

Desse modo, no presente estudo, busca-se analisar os fatores que contribuíram para o aumento ou diminuição dos padrões de qualidade dos Programas de Pós-Graduação da Universidade Federal do Piauí (UFPI) na Avaliação Quadrienal de 2017 em comparação à Avaliação Trienal realizada em 2013. Sabe-se que as comissões da Capes utilizam como base para tal diagnóstico as informações fornecidas de forma contínua pelos Programas durante o período avaliado, por meio da Plataforma Sucupira. Os critérios de análise consideram cinco dimensões: Proposta do Programa, Corpo Docente, Corpo Discente, Produção Intelectual e Inserção Social.

Sob o ponto de vista da excelência, analisar como os gestores estão lidando com o aspecto qualitativo das pós-graduações: se estão realmente buscando a melhoria contínua dos Programas ou apenas atendendo aos padrões mínimos de qualidade exigidos pela Capes. O presente estudo visa refletir sobre esses aspectos,

possibilitando que se abra um debate a respeito da qualidade da pós-graduação no país.

Espera-se que os resultados a serem obtidos possam contribuir para o debate quanto à qualidade das instituições superiores, bem como possam auxiliar os gestores em relação às principais ferramentas de gestão que estejam de acordo com as exigências da Capes.

Uma vez que é de suma importância investigar as causas da deficiência na gestão da máquina pública para que se alcance o máximo de qualidade nas instituições, a atividade administrativa, por sua vez, deve ser conduzida por dirigentes preocupados e comprometidos com a efetividade na prestação de serviços públicos cada vez mais eficazes.

Houve, no decorrer dos anos, um maior controle da qualidade nos Programas de Pós-Graduação no Brasil, o que, segundo Wassen e Balzan (2015, p. 218), realiza-se, principalmente, por meio da avaliação da Capes:

A principal referência quanto à qualidade dos programas de pós-graduação no país é a avaliação empreendida pela CAPES que, apesar de inúmeras controvérsias entre pares e atores acadêmicos, atribuiu ao sistema de pós-graduação brasileiro respeitabilidade em todo o mundo.

Em virtude desse procedimento avaliativo, uma das ferramentas que auxiliam o processo é o sistema chamado de Plataforma Sucupira. A ferramenta eletrônica possui a finalidade de garantir a transparência e a publicidade dos Programas de Pós-Graduação *stricto sensu* à Capes. A prestação de contas é anual, e, ao final de cada quadriênio, a citada Coordenação analisa se esses cursos obtiveram o padrão mínimo de qualidade para que continuem em atividade (NIGRO, 2015).

A Avaliação Quadrienal passou a acontecer em 2017 a partir da Resolução n.º 05 (BRASIL, 2014). Anteriormente a essa regulamentação, o processo se dava a cada três anos (Avaliação Trienal). O período mudou, mas os critérios continuam os mesmos: “A Área deverá – na quadrienal que se avizinha – empregar os critérios e as orientações da trienal anterior, o que, por sua vez, permitirá uma análise – e comparações – de caráter evolutivo” (BRASIL, 2017).

De acordo com a escala de avaliação da Capes, os conceitos são: **1** e **2**, que descredenciam o programa; **3**, significando desempenho regular, atendendo-se ao

padrão mínimo de qualidade; **4**, considerado um bom desempenho; e **5**, sendo a nota máxima para Programas apenas com mestrado. Conceitos **6** e **7** indicam desempenho equivalente ao alto padrão internacional. Entre os critérios estão: infraestrutura, proposta do Programa, análise do corpo docente e do discente e produção intelectual.

O objeto de estudo escolhido corresponderá aos Programas de Pós-Graduação da UFPI. Essa é a mais antiga instituição de ensino superior do estado do Piauí, criada pela Lei n.º 5.528, de 12 de novembro de 1968, e oficialmente instalada em 1º de março de 1971, com o nome de Fundação Universidade Federal do Piauí, resultante da junção da Faculdade de Direito do Piauí, da Faculdade de Filosofia, da Faculdade de Odontologia, da Faculdade de Medicina de Teresina e da Faculdade de Administração de Empresas de Parnaíba.

Durante a década de 1980, a referida Universidade estudou várias alternativas para viabilizar a implantação de seu primeiro mestrado. Dos cinco Centros de Ciências que compõem a UFPI, o da Educação (CCE) era o que oferecia mais condições para a concretização desse plano, tanto em relação às conjunturas físicas e materiais quanto à qualificação de seus professores. Em 1991, o CCE implanta, finalmente, o Mestrado em Educação (BRASIL, 2017)

Atualmente, a instituição possui 35 Programas de Pós-Graduação reconhecidos pela Capes, sendo dois em REDE: Tropen (Desenvolvimento e Meio Ambiente) e Rede Nordeste de Biotecnologia (RENORBIO). Institucionalmente, a UFPI tem 33 mestrados acadêmicos, nove mestrados profissionais e oito doutorados.

Na Avaliação Trienal 2013 referente ao período de 2010 a 2012, a Universidade teve 30 cursos de pós-graduação avaliados, dos quais oito conquistaram conceito 4, que significa bom desempenho. Os demais receberam nota 3, representando desempenho regular. Os resultados obtidos colocaram a UFPI no mesmo nível da maioria dos Programas de Pós-Graduação do país, uma vez que, segundo a Capes, aproximadamente 68% dos avaliados têm notas concentradas entre 3 e 4.

Já na Avaliação Quadrienal 2017, abrangendo quatro anos de análise (2013 a 2016), e não mais três, como nas avaliações anteriores, a referida instituição

teve nove dos seus cursos que elevaram seus conceitos de 3 para 4 junto à Capes e 15 que receberam nota 3, que representa desempenho regular.

Como já citado anteriormente, o objeto de estudo deste trabalho é a UFPI – mais especificamente, os Programas de Pós-Graduação em Ciência e Engenharia de Materiais e o Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. O primeiro obteve uma melhora na Avaliação de 2017 em comparação à de 2013, enquanto o segundo Programa diminuiu a nota o que resultou em descredenciamento pela CAPES.

No que se refere à estruturação, a presente dissertação conta com sete capítulos, tendo se como capítulo inicial esta introdução. O segundo capítulo versa sobre o referencial teórico cujas temáticas incluem administração pública e a pós-graduação no Brasil, qualidade e eficiência. O terceiro capítulo apresenta A gestão realizada pelos Programas de Pós-Graduação da UFPI em relação aos critérios estabelecidos no documento de área da capes, enquanto o quarto capítulo compreende os procedimentos metodológicos da pesquisa. O quinto capítulo apresenta a análise e discussão dos resultados. O sexto capítulo expõe o plano de ação proposto com base no diagnóstico organizacional e, por fim, no sétimo capítulo, tem-se a considerações finais.

2 ENSINO DA PÓS-GRADUAÇÃO NO CONTEXTO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Nas diretrizes do Plano Nacional de Educação (PNE) aborda-se que a pós-graduação é um âmbito específico do ensino superior e deve possuir finalidades e características próprias. E que nenhum país que deseja ser desenvolvido pode deixar de ter um bom sistema de educação superior. Uma vez que, na sociedade atual, o conhecimento passou a ser o principal recurso de um povo, conseqüentemente a educação superior passou a ter um destaque cada vez maior. (BRASIL, 2001).

Cury (2004) por sua vez, explica que a pós-graduação no Brasil se desenvolveu por meio dos Planos Nacionais e por meio do apoio consciente e efetivo do governo. Havia a necessidade de mais professores qualificados, assim como um maior número de pesquisadores no país.

Bianchetti e Favero (2005) complementam que a Pós-Graduação no Brasil recebeu influência de outros países durante seu surgimento, por meio do entrecruzamento dos modelos de pós-graduação europeu (particularmente o francês) e norte-americano. Influência esta vista especialmente na relação orientador/orientando, ao número de créditos, à estrutura disciplinar e às características das teses e dissertações, entretanto, também afirma que a pós-graduação brasileira possui traços de autonomia.

Saviani (2008, p. 310), também confirma que o modelo americano e o europeu serviram de referência para a implantação da pós-graduação no Brasil.

a experiência de pós-graduação brasileira resultou, pois, dessa dupla influência: o modelo organizacional americano que foi articulado, no funcionamento efetivo do processo formativo, com o modelo europeu pautado pela exigência do trabalho teórico autonomamente conduzido. Daí termos chegado a um modelo brasileiro de pós-graduação, sem dúvida bem mais rico do que aqueles que lhe deram origem, pois promoveu a fusão entre uma estrutura organizacional bastante articulada, derivada da influência americana, e o empenho em garantir um grau satisfatório de densidade teórica, decorrente da influência europeia.

E no que diz respeito às políticas de pós-graduação, as mesmas também demoraram para se consolidar no país. Durante o regime militar, em 3 de dezembro de 1965 foi aprovado o parecer nº 977 pela Câmara de Ensino Superior (CES) do Conselho Federal de Educação (CFE). O documento representava a institucionalização da educação superior (nível mestrado e doutorado) e tinha como objetivo informar a respeito da organização da pós-graduação no Brasil. (CURY, 2005). “[...] parecer CFE nº 77/65, que trata do reconhecimento dos cursos de pós-graduação, ambos emanados do antigo CFE. Por sua relevância e por sua relação direta com a criação e a expansão da pós-graduação no país, uma vez que formou o balizamento legal da estrutura e do funcionamento dos cursos.” (BIANCHETTI e FAVERO, 2005, p. 4).

Cury (2005) afirma que o parecer CFE nº 977/65 é o único documento doutrinário da pós-graduação, nestes últimos quarenta anos.

Alves (2014, p.352) afirma que foi no período do Regime Militar que a Pós-Graduação no Brasil se estruturou. “É, pois, neste contexto do Regime Militar, que a pós-graduação vivenciou um movimento de estruturação, normatização e institucionalização, bem como de ampliação do fomento, da expansão e da adoção de sistemática de avaliação, cujas diretrizes e bases permanecem ainda hoje.”

Entretanto, a forma como se deu o desenvolvimento do ensino superior e da pós-graduação durante o regime militar é passível de crítica. O desenvolvimento se baseou no modelo norte-americano, um país que procurava estabelecer controle sobre as sociedades periféricas. Mesmo assim, houve um grande impulso alcançado por esse nível do sistema educacional depois do golpe de 1964. O Estatuto do Magistério Superior, promulgado em 1965, é um exemplo de legislação que possibilitou o aumento da procura pelos cursos de pós-graduação, pois estimulava os docentes à obtenção de títulos de mestrado e doutorado”.

E a modernização do Brasil nos anos de 1960 aconteceu devido a uma integração entre países periféricos e países centrais. Essa união acarretava a expansão de mercados nos países periféricos e o desenvolvimento dos centros produtores de tecnologia (países centrais). O objetivo das nações mais

desenvolvidas era o aumento de mercados consumidores e o desestímulo à concorrência científica ou tecnológica. (DOS SANTOS, 2003).

Durante a Reforma Administrativa de 1967 (Decreto-Lei nº 200), segundo Granjeiro (2006), foram estabelecidos princípios que visavam simplificar os procedimentos, diminuir a máquina pública e conseqüentemente reduzir as despesas públicas. Os princípios criados foram: Planejamento, Coordenação, Descentralização, Delegação de competências e Controle.

Dentro dos limites do autoritarismo do regime militar, que prejudicou bibliotecas e programas, demitiu professores e expulsou alunos do sistema educacional, houve um aumento de recursos para expansão das universidades públicas. (CUNHA,1991).

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) elaborou cinco planos nacionais de pós-graduação no decorrer dos anos, visando criar diretrizes para estimular e desenvolver o ensino de Pós-Graduação no Brasil. Alves e Oliveira (2014, p.362) aborda o assunto:

O processo de implantação da pós-graduação aconteceu de forma acelerada a partir de 1968, como observaremos a seguir. Para isto, teve papel preponderante a Capes, a quem competia o fomento dos cursos e a sua avaliação, e o CNPq, a quem competia incentivar as carreiras e a produtividade dos pesquisadores. Além disto, a pós-graduação brasileira contou, sistematicamente, com planos nacionais de pós-graduação, desde os anos 1970. Nesta direção, destacam-se os seguintes Planos Nacionais de Pós-graduação: I PNPG (1975- 1979); II PNPG (1982-1985), III PNPG (1986-1989); IV PNPG (2005-2010); V PNPG 2011-2020.

No período de 1975-1977 foi formulado o I Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG). (Ferreira, 1999). O I PNPG (1975-1979) apresentou o “conjunto de atividades desenvolvidas nas instituições de ensino superior e nas instituições de pesquisa em nível de pós-graduação”.

Morosini (2009, p. 127) explica que uns dos motivos para a criação de cursos de pós-graduação no país foi resultado do desenvolvimento tecnológico do país na época. “A pós-graduação no Brasil se desenvolve a partir da década de 70 e está relacionada ao desenvolvimento do sistema de ciência e tecnologia do país e ao forte papel do estado nas políticas públicas”.

O II PNPG (1982-1985) foi criado nos últimos anos do regime militar, já afetado pela crise econômica da época, desse a política educacional foi prejudicada. Já o III Plano Nacional de Pós-Graduação (1986-1989) foi formulado tomando como premissa básica a constatação de que os objetivos centrais do I e do II PNPG, isto é, a consolidação e o fortalecimento qualitativo, não foram plenamente alcançados". (Ferreira, 1999, p. 95).

Na década de 90 foi expandido a regulação do sistema de educação superior. A Lei no 9.394/96, Diretrizes e Bases da Educação Nacional, possibilitou a privatização, a diversificação institucional e curricular; a separação das funções universitárias de ensino, pesquisa e extensão; a flexibilização e a Educação a Distância. (LUCE e MOROSINI, 2005).

André (2007, p. 46) também ressalta a importância da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional para a expansão dos cursos de Pós-Graduação nos últimos anos no país.

Uma das possíveis explicações é que tais dados mostram o resultado de uma pressão de demanda, decorrente das exigências da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional que define um percentual de mestres e doutores para compor os quadros das universidades e centros universitários. Essa medida legal tem levado as instituições a contratarem mestres e doutores e quem quiser permanecer ou ingressar como docente no ensino superior a buscar a pós-graduação.

A Reforma do Estado Brasileiro através da implantação do modelo gerencial estimulou temas como desburocratização e eficiência do setor público. Na área da pós-graduação foram adotadas medidas que acompanharam o modelo de gestão gerencial da época. "Embora não houvesse formalmente, nos anos de 1990, um IV PNPG, houve um conjunto de medidas que constituíram uma política para a pós-graduação" (Ramalho & Madeira, 2005, p. 74). A discussão a respeito da criação do IV PNPG estimulava que o mesmo tivesse dois princípios básicos: autonomia institucional e flexibilização.

São propostas que se adequavam ao direcionamento imprimido às políticas públicas pelos dois governos de Fernando Henrique Cardoso. Tratava-se das tentativas de diminuição das responsabilidades da União com as

políticas, particularmente com as políticas sociais, como era o caso das políticas para a educação. (SANTOS, 2009, p.535).

Significando que cada universidade deveria se responsabilizar pela gestão de seu sistema de pós-graduação e elaborar diretrizes de acordo com seus objetivos e vocação. Uma vez que a administração gerencial foca principalmente em descentralizações administrativas e políticas, boa flexibilidade organizacional e uma administração voltada para o bom atendimento ao cidadão.

Pereira (1998, p. 33) diz que o “Estado provê, mas que, como não envolvem o exercício do poder extroverso do Estado, podem ser também oferecidos pelo setor privado e pelo setor público não-estatal (‘não-governamental’)”. Ou seja, o autor defende que deve existir mudanças nas formas de organização do Estado através de uma administração pública gerencial. Conceitos como eficiência, flexibilização e cidadão-cliente surgem visando a melhoria dos serviços públicos. E que Setores como saúde, educação, cultura e pesquisa científica podem passar a aderir a processos de privatização.

Pereira (1998, p.5) explica como se deu a reforma administrativa no Brasil:

A reforma administrativa, entretanto, só se tornou um tema central no Brasil em 1995, após a eleição e a posse de Fernando Henrique Cardoso. Nesse ano ficou claro para a sociedade brasileira que essa reforma tornara-se condição, de um lado, da consolidação do ajuste fiscal do Estado brasileiro, e, de outro, da existência no país de um serviço público moderno, profissional e eficiente, voltado para o atendimento das necessidades dos cidadãos.

Durante a gestão de Fernando Henrique Cardoso, as políticas públicas educacionais são reorientadas, no que diz respeito a intervenção estatal. "Tais ações na arena educacional expressam-se no processo que resultou na aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96)". (DOURADO, 2002, p.236).

A situação que o Brasil se encontrava em 1995 era de carência de um sistema de avaliação dos cursos de graduação, excessiva preocupação do MEC com a manutenção da rede universitária, negligenciando programas que

incentivassem à qualificação da rede privada e das instituições estaduais e municipais. Desse modo o governo criou o programa chamado "Mãos à obra, Brasil" que implantou um sistema de avaliação nas universidades brasileiras e eliminou entraves burocráticos. Na realidade o governo afirma que o Estado devia diminuir sua função credenciadora das universidades e aumentar sua função avaliadora.

Entre 1995 a 2002 a CAPES se consolidou como agência formuladora de diretrizes da pós-graduação no país. E após a introdução do sistema de avaliação da CAPES estabeleceu-se padrões internacionais de excelência. Ainda durante a governo de FHC, em 2000, foi criado o Portal de Periódicos da CAPES, o que possibilitou o acesso rápido e atualizada da produção científica mundial. (SOUZA, 2005).

No período do V PNPG (2005-2010) foi reafirmado o princípio de que a educação é fator estratégico para o crescimento social e econômico da sociedade brasileira. Esse plano defende que a pós-graduação tem a missão de gerar profissionais qualificados, assim contribuir para a modernização do país. E possui como um dos seus objetivos fundamentais “uma expansão do sistema de pós-graduação que leve ao expressivo aumento do número de pós-graduandos requeridos para a qualificação do sistema superior do país, do sistema de ciência e tecnologia e do setor empresarial.” (Brasil, 2004, p. 9).

Evidente que a expansão dos cursos de pós-graduações não seria uma tarefa tão fácil. “O próprio governo brasileiro identifica desafios (PNPG 2005-2010) que PG e a C&T brasileira devem enfrentar, tais como: desenvolvimento institucional de novos cursos de PG- norte, nordeste e centro-oeste; desenvolvimento dos programas de PG nas IES particulares”. (MOROSINI, 2009, p.147).

E o último plano elaborado pelo governo é o Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) 2011-2020 que tem como missão definir novas diretrizes, estratégias e metas para melhorar as políticas de pós-graduação e pesquisa no Brasil. Ao mesmo tempo, está sendo criado o novo Plano Nacional de Educação (PNE), e pela primeira vez, um plano nacional de educação contemplará as metas da pós-graduação, já que o PNPG será parte integrante do PNE. (BRASIL, 2017).

E graças a política de Avaliação da CAPES, a Pós-Graduação no Brasil apresenta cada vez mais melhores níveis de desempenho e uma crescente melhoria

em sua infraestrutura, dentre outros aspectos. São estimulados número de publicações em veículos de qualidade, participações em congressos, comissões e assessorias; vínculos internacionais; explicações detalhadas das propostas dos programas; redução do tempo de titulação do estudante. (SANTOS, 2004).

Dantas (2004, p.163) ressalta que regularmente são elaborados políticas públicas visando o estímulo ao conhecimento e conseqüentemente incentivos a educação superior nível mestrado e doutorado. Nos últimos anos têm sido periodicamente definidas políticas públicas na área de ciência, tecnologia e inovação (CTI) que direcionam os investimentos e modulam a produção de conhecimentos nos diversos setores estratégicos para o desenvolvimento nacional.

No que diz respeito a política de gestão interna dos Programas de Pós-Graduação (Nível Mestrado), um dos desafios deve-se ao fato dos mesmos serem organizados como verdadeiros "pequenos Doutorados" segundo a própria CAPES. Uma vez que os mestrados foram criados como principal foco das políticas governamentais do país. (Brasil, CAPES, 1996).

Outro aspecto também relatado, no que diz respeito às dificuldades em coordenar os cursos, consiste no fato dos docentes e a própria gestão do Programa perderem o interesse em planejar atividades que estejam diretamente aos indicadores de desempenho da CAPES. Devido aos critérios de qualidade exigidos, o que coíbe formas mais flexíveis de trabalho acadêmico. (SANTOS, 2004).

2.1 Qualidade e Eficiência na Pós-Graduação Brasileira

Nos cursos de pós-graduações o papel dos gestores é decisivo para a qualidade dos Programas, visto que os resultados de uma boa administração irão influenciar a nota perante a CAPES. Dessa maneira, torna-se necessário primeiro conhecer alguns conceitos relacionados a qualidade.

Segundo Juran (1974), qualidade é a adequação ao uso, ou seja, é a preocupação em tornar os serviços ou produtos cada vez melhores e de acordo com a exigência dos consumidores e clientes.

Crosby também nos apresenta um conceito de qualidade que está associado a redução de custos também. “Qualidade é a conformidade às especificações” “(...) prevenir não-conformidade é mais barato que corrigir ou refazer o trabalho.” (CROSBY, 1979).

Na realidade a gestão da qualidade estimula nas organizações uma cultura voltada para atendimento aos processos e satisfação do cliente, o que gera assim uma imagem positiva perante a sociedade.

A própria sobrevivência da instituição depende da qualidade da mesma, como afirma Paladini (2000, p. 11) “a decisão gerencial entre produzir ou produzir com qualidade estava sendo substituída pela decisão estratégica de produzir com qualidade ou pôr em risco a sobrevivência da organização”.

E para que tal qualidade exista nas organizações é necessário o conhecimento dos processos e rotinas administrativas assim como explica Maranhão (2005, p. 3 10), “todas as atividades possuem seus princípios ou fundamentos; dominá-los é pré-requisito para poder desempenhar esta atividade com nível competitivo”.

Desse modo, em qualquer instituição, seja pública ou privada, o conceito da qualidade deve estar intrínseco, uma vez que atendida as necessidades do cliente/cidadão, garante-se que o processo também conseguiu seu objetivo. “A noção de qualidade não pode ser dissociada das necessidades e/ou desejos que o produto satisfaz (ou procura satisfazer), devendo-se ainda ter em conta a diferença entre satisfação dos desejos e satisfação das necessidades.” (ANTONIO, 2007, p.22).

A competitividade é outro ponto positivo para organizações que adotam a qualidade em sua rotina. Visto que crises econômicas e investimentos permanentes em inovação exigem das instituições maneiras de lidar com poucos recursos e diversas demandas urgentes. (PALADINI, 2010).

Siqueira (2005, p. 2) afirma que dependendo do grau de maturidade a organização possui maior ou menor qualidade em seus processos. “Organizações maduras atingem seus objetivos de qualidade, prazos e custos de forma consistente e eficiente”.

Dessa maneira, pode-se concluir que a qualidade não é apenas uma estratégia ou ferramenta, mas é um elemento decisivo para a sobrevivência e para a competitividade das instituições em meio ao cenário de incertezas e recursos limitados.

Outro conceito ligado a uma boa gestão das Pós-Graduações é o da eficiência. A Emenda Constitucional nº 19, de 1998, acrescenta para a Constituição brasileira uma nova redação para o artigo 37: “A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (...)”. Isto é, a própria Constituição afirma que é fundamental a eficiência em instituições públicas.

Segundo Slomski et al. (2010, p.941) temas como qualidade e eficiência devem estar entrelaçados diante de novas abordagens como prestação de contas (accountability) e transparência do serviço público.

Ao mesmo tempo que se buscam novos paradigmas para a gestão pública, a corrida pela eficiência e qualidade deve ser acompanhada de novos padrões de accountability no setor público, de modo a oferecer ao cidadão informações que possibilitem a avaliação de desempenho do administrador público.

De acordo com o mesmo autor o dinheiro que o Estado arrecada da sociedade por meio de impostos devem ser administrados obedecendo ao princípio constitucional da eficiência. Então, a Administração Pública deve planejar e analisar as políticas públicas para que os recursos sejam aplicados da melhor forma possível, minimizando ao máximo as despesas desnecessárias.

O volume de recursos disponibilizados pela sociedade para o Estado, via tributação, justifica plenamente o estudo de formas de evidenciação que contribuam para a melhoria da informação produzida pela administração pública no que se refere à prestação de serviços e consumo de recursos. Ao se discutir o tema custos no setor público gera-se a obrigação de se pensar no princípio constitucional da eficiência e em métodos e formas de evidenciá-la. (SLOMSKI et al., 2010, p.935).

Segundo Mello (2006), a prestação de contas na administração pública deve apresentar a demonstração do resultado econômico da instituição para que o cidadão possa entender como é eficiente a gestão. E que o Estado deveria considerar a sociedade como peculiar e os cidadãos como sócios, uma vez que ao recolherem seus tributos, os mesmos fariam parte da instituição.

Weber (1994, p.136) também aponta que todo Estado deve incluir a população nas atividades decisivas, visto que contribuem para os fins através de impostos. “Toda gestão econômica, dentro da economia de troca, é empreendida e levada a cabo pelos indivíduos economicamente ativos a fim de satisfazer interesses próprios, ideais ou materiais.”

O tema da eficiência está relacionado a desperdício mínimo como descreve Aragão (1997, p. 106) “(...) eficiência está ligada ao melhor uso dos recursos da organização, de forma a obter seu produto ou serviço. Poderia ser sintetizada na relação entre o input real e o input padrão (o desejado pela organização), cujo resultado tenderia a zero”.

Quando as organizações públicas adotam a cultura da informalidade, dos privilégios e da não-padronização de rotinas, acaba-se gerando ineficiência do serviço público. “(...) tendo como resultado a redução da eficiência, de mecanismos de transparência e da objetividade da Administração; daí a morosidade e o privilégio de interesses de grupos específicos.” (MOTTA, 2013, p. 84).

O mesmo autor explica que na criação do Estado moderno, não se enxergava a Administração Pública como um meio de prestar serviço, mas sim como uma forma de organizar o mundo democrático.

Ao assumir dimensões de prestação de serviços, a eficiência da Administração Pública passou a ser um estágio importante para assegurar a democracia. Surgiam propostas para uma Administração independente da política e fundamentada em um campo de estudos e de conhecimentos próprios, como uma ciência. Apareciam os primeiros sinais de incentivo para o desenvolvimento dessa área do conhecimento. (MOTTA, 2013, p.83).

Destaca também que desde o século XIX, existem propostas para assemelhar a Administração Pública à empresa privada. A ideia foi muitas vezes trabalhada, mas

poucas vezes efetivada, durante o século XX, como uma promissora modalidade de gestão pública.

O New Public Management (NPM) apresentou-se com o objetivo primordial de fazer a Administração Pública operar como uma empresa privada e, assim, adquirir eficiência, reduzir custos e obter maior eficácia na prestação de serviços. (MOTTA, 2013, p.84).

As ideias do NPM (New Public Management) cresceram rapidamente na época, visto que os déficits públicos já prejudicavam os governos. Assim, as promessas de maior qualidade e eficiência deixavam a população mais otimistas com essa nova visão da Administração Pública. “Por causa de um crescente dinamismo, novos problemas pressionam para novas soluções. Técnicas e processos de trabalho recém-introduzidos tornam-se rapidamente vulneráveis: sofrem os desgastes naturais de uma realidade mutante, mais complexa e demandante de maior eficiência. (MOTTA, 2013, p. 82).

O NPM apresentou uma abordagem gerencial diferente, focando o cliente, o gestor, o resultado e o desempenho. Características que eram comuns para empresas privadas e não para públicas. Mas que se realmente fossem alcançados tais objetivos, a administração pública tornar-se-ia de uma gestão de excelência.

O papel dos gestores públicos é essencial para o alcance da máxima eficiência das instituições. DENHARDT (2012) propõe que se os gestores públicos se comprometessem como valores essenciais, uma vez que é impossível a neutralidade da gestão pública, esses valores ocasionariam equidade, eficiência e eficácia e condicionariam comportamentos administrativos, e assim melhoraria a gestão dos serviços públicos.

Bem como a função dos gestores públicos, os servidores públicos desempenham também um papel primordial para a prestação do serviço público, já que os mesmos cumprem as atividades-fim do Estado. Já os cidadãos deveriam ser vistos como clientes e usuários dos serviços públicos, em vez de meros recipientes da ação do Estado. E o governo deveria concentrar seus esforços nas suas atividades essenciais e exclusivas. (OSBORNE e GAEBLER, 1995).

Claro que o Estado só se tornará mais eficiente se houver uma maior cobrança pela população. Abrucio (2007) afirma que a Administração Pública eficiente e efetiva surge como fruto da cobrança e do controle pela sociedade.

Denhardt e Denhardt (2007) aborda também o tema e complementa que seja criado um novo serviço público, apoiado menos no direcionamento político e mais na prestação do serviço público.

Bingham e O'Leary (2008) indicam a forma cooperada como alicerce da eficiência e da democracia administrativa, visto que ampliar a cooperação entre órgãos e entidades externas e considerar com mais ênfase as sugestões comunitárias.

E a principal forma de se manter a qualidade e a eficiência dos cursos de Pós-Graduações é por meio da Avaliação do Sistema Nacional de Pós-Graduação. A mesma é conduzida pela Diretoria de Avaliação/Capes e busca garantir a qualidade dos cursos de Mestrado e Doutorado no Brasil. Spagnolo (2004) explica como acontece essa avaliação:

[...] avaliação tipicamente externa: os avaliadores são externos tanto em relação ao programa avaliado, como em relação a própria agência. É uma avaliação comparativa: uma vez que todos programas de determinada área ou subárea são avaliados pela mesma Comissão. É uma avaliação conduzida por pares, colegas especialistas da área, mas não necessariamente especialistas em 3.

A Avaliação Quadrienal passou a acontecer em 2017 a partir da Resolução nº 05 (BRASIL, 2014), anteriormente a esta resolução a avaliação se dava a cada três anos (Avaliação Trienal). O período mudou, mas os critérios para avaliação continuam os mesmos “A Área deverá – na quadrienal que se avizinha – empregar os critérios e as orientações da trienal anterior, o que por sua vez permitirá uma análise – e comparações – de caráter evolutivo.” (BRASIL, 2017).

Entretanto, a Avaliação não deverá ser realizada como um processo de punição ou premiação, mas sim, como um processo que tem como objetivo final de melhorar o cumprimento da responsabilidade social das Universidades. Através de um aumento da profissionalização dos docentes, práticas pedagógicas, pesquisa científica, impactos e responsabilidade social. (DIAS SOBRINHO, 2003).

De acordo com a escala de avaliação da CAPES, os conceitos são: **1 e 2**, que descredenciam o programa; **3** significando desempenho regular, atendendo ao padrão mínimo de qualidade; **4** considerado um bom desempenho e **5** sendo a nota máxima para programas com apenas mestrado. Conceitos **6 e 7** indicam desempenho equivalente ao alto padrão internacional. Entre os critérios da avaliação estão: infraestrutura, proposta do programa, análise do corpo docente e discente e produção intelectual.

Um das principais formas de se avaliar os cursos de Pós-Graduações é por meio da Plataforma Sucupira. É feita uma prestação de contas todos os anos e ao final de cada quadriênio, a CAPES avalia se o curso continua em atividade ou não.

Após o cadastro manual dos dados pessoais, acadêmicos e profissionais de cada discente, docente e egresso, inúmeras informações relativas às produções bibliográficas, técnicas e tecnológicas, orientações, dentre outras, são coletadas da Plataforma Lattes e inseridas na Plataforma Sucupira.

A plataforma eletrônica deve ser preenchida com o máximo de cuidado, porque qualquer informação errada pode prejudicar a nota do curso durante a Avaliação.

E devido ao rigoroso critério exigido pela Avaliação da CAPES referente a produção científica, o Brasil ocupa um papel de destaque como ressalta Oliveira (2011, p. 39):

A pós-graduação no Brasil ocupa lugar central na produção científica do País. Vários são os fatores que contribuem com esse processo, entre eles o fato de que a grande maioria dos pesquisadores e dos recursos de financiamento à pesquisa está atrelada a programas de pós-graduação.

O Sistema da Pós-Graduação possui um nível de credibilidade elevado. "Ao longo dos anos, esse sistema tem servido de referência para outros níveis da educação brasileira e inspirado outros países, principalmente da América Latina". (OLIVEIRA, 2011, p. 39).

Um dos procedimentos adotados pela Capes é o sistema Qualis, o mesmo é utilizado como critério de qualidade durante a avaliação programa de pós-graduação:

Qualis é o conjunto de procedimento utilizado pela CAPES para estratificação da qualidade da produção intelectual dos programas de pós-graduação. Tal processo foi concebido para atender as necessidades específicas do sistema de avaliação e é baseado nas informações fornecidas por meio do aplicativo coleta dados. Como resultado disponibiliza uma lista de classificação dos veículos utilizados pelos programas de pós-graduação para divulgação de sua produção. (CAPES, 2017).

Entretanto, Nascimento (2010, p. 579) aponta que padrões como produção científica passou a ter mais valor que outros critérios também importantes para o curso: “Induzidos pelos critérios de avaliação da CAPES, os programas de pós-graduação passaram a supervalorizar a produção científica em detrimento das demais atividades desenvolvidas pelos seus professores.”

Ainda na mesma linha de raciocínio, Kuenzer e Moraes (2005), destacam como se tem dado importância à produção acadêmica, afirmando que não importa se a publicação é de baixa qualidade ou uma cópia da outra, o que interessa é publicar.

Campos, Borges e Araújo (2014) acrescentam que a avaliação não deveria ser utilizada como mecanismo de controle e punição dos programas de pós-graduação:

[...] mas deveria ser utilizada como um processo integrado às estruturas pedagógicas, científicas e administrativas com a finalidade principal de melhorar o cumprimento da responsabilidade social das IES por meio de um aumento consistente da profissionalização dos docentes, da revisão crítica dos currículos dos programas, das práticas pedagógicas, do valor científico e social das pesquisas e da inserção institucional nas comunidades locais, nacional e mundial etc.” (p.208).

E é pensando na questão da melhoria e da qualidade, é que muitas instituições públicas estão se adaptando as novas formas de gestão, em muitos casos, extraídas de experiências em empresas privadas:

Um conjunto de ideais administrativas, rotulado por muitos autores como nova administração pública (NAP), vem provocando mudanças em organizações do setor público em muitos países ao redor do mundo. No que tange às mudanças intra-organizacionais, a principal tônica da NAP tem sido o restabelecimento da primazia de princípios gerenciais (baseados em conceitos modernos de administração do setor privado) sobre o modelo burocrático tradicional. (SEABRA, 2001, p.19).

A avaliação no Brasil ainda possui um longo caminho a percorrer, visto que existe bastante debate a respeito do tema, com prós e contras. “Modelo entendido como representação da realidade, oferece padrão único e técnico para situações humanas e complexas.” (LEITE, 2005, p.33).

Rubin e Franco (2008) afirmam que os preceitos da produtividade e da eficiência se tornaram predominantes, em especial a partir de 1996, quando o financiamento da pós-graduação ficou vinculado ao sistema de avaliação.

Oliveira (2011, p.40-41) que devido o crescimento do número de publicações e doutores é notável a expansão Programas de Pós-Graduações.

É possível perceber ao longo do processo de expansão e consolidação da pós-graduação brasileira opções claras que resultaram no aumento do número de doutores e publicações. O que se reivindica agora, no momento de elaboração do novo PNPG, é a necessidade de se discutir e aprofundar temas e questões prementes, como a avaliação dos programas interdisciplinares. Por serem relativamente novos (os primeiros cursos surgiram no início dos anos 1990), reivindicam ainda um espaço de maior reconhecimento entre os cursos e programas da Capes.

Oliveira explica que o crescimento do ensino superior e as reformas no processo de avaliação, devem-se políticas de governo e a políticas de Estado.

Nesse movimento, alguns projetos colaboraram para a estruturação de novas configurações da produção científica do País; entre eles cabe destacar a Lei de Inovação Tecnológica, o Plano de Ação, Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Nacional e o PNPG (2005-2010), este em fase de reelaboração. Além desses projetos, cabe

também destacar a descoberta, em 2007, de petróleo e gás em reservatórios na área denominada pré-sal.

Assim, houve várias mudanças no contexto da pesquisa e pós-graduação, em especial pela necessidade do desenvolvimento de tecnologias de exploração.

Segundo Latour (2003) as pesquisas interdisciplinares devem contemplar a dinâmica não hierárquica e não linear de suas conexões, isto é, no tocante as pesquisas dedicadas às relações entre tecnologia, sociedade e ciência.

A interdisciplinaridade é importante para o desenvolvimento dos cursos e seu aprimoramento, o que também é incentivado pela Avaliação da CAPES.

A interdisciplinaridade, enquanto princípio mediador entre as diferentes disciplinas, não poderá jamais ser elemento de redução a um denominador comum, mas elemento teórico-metodológico da diferença e da criatividade. A interdisciplinaridade é o princípio da ciência, da compreensão de seus limites, mas acima de tudo, é o princípio da diversidade e da criatividade. (ETGES, 1993, p.79).

Desse modo, pode-se afirmar o quão é importante a questão da qualidade e de se criar meios eficientes para se gerir os Programas de Pós-Graduações. Tais cursos merecem uma atenção especial, e principalmente, gestores capacitados para se ter cada vez mais resultados positivos. Não visando somente a Avaliação da CAPES de quatro em quatro anos, mas a verdadeira busca da excelência. Que resultará em profissionais capacitados que certamente irão contribuir para as pesquisas científicas no país.

3. A GESTÃO REALIZADA PELOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO DA UFPI EM RELAÇÃO AOS CRITÉRIOS ESTABELECIDOS NO DOCUMENTO DE ÁREA DA CAPES

3.1 Programa de Pós-Graduação em Ciência Política

O início do funcionamento do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política-PPGCP da Universidade Federal do Piauí (UFPI) deu-se a partir de uma associação temporária entre a UFPI e a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). As atividades do PPGCP tinham como objetivo uma rigorosa formação acadêmica e a produção de conhecimento na área de Ciência Política. Em 2007 o Programa foi aprovado pelo CEPEX/UFPI conforme a Resolução nº 91 de 26 de março. (BRASIL, 2007).

O Mestrado Acadêmico em Ciência Política da Universidade Federal do Piauí (UFPI) é formado por uma Área de Concentração chamada Estado, Instituições Políticas e Democracia e duas Linhas de Pesquisa: Linha 1- Teoria do Estado, Instituições, Desenvolvimento e Processos Decisórios e Linha 2 - Comportamento Político, Movimentos Sociais e Cidadania.

De acordo com o último edital do Programa, o Edital n. 04/2016 - PPGCP/UFPI, foram ofertadas 15 vagas de mestrado para o ano de 2017. Em relação ao total de titulados, ou seja, os alunos que alcançaram o título de mestre em ciência política, até final de agosto de 2018, ocorreram 66 defesas no Programa.

No que diz respeito ao perfil do corpo docente, o Mestrado Acadêmico em Ciência Política é composto de professores do quadro permanente dos Departamentos de Ciências Sociais, do Departamento de Ciências Econômicas, do Departamento de Geografia e História, do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Piauí. Todos os professores do quadro possuem o título de doutorado, sendo que 1 docente é doutor em Direito e outro em Educação, e o restante são doutores em Ciência Política. (BRASIL, 2007).

Em 2018 eram um total de 9 docentes permanentes e de 3 docentes colaboradores que formavam o Programa de pós-Graduação em Ciência Política. O Colegiado do Programa é formado pelo Coordenador ou Subcoordenador, por um representante eleito de cada uma das duas linhas sendo um membro titular e um suplente, e por um representante discente (um representante titular e um suplente), sob a presidência do Coordenador do curso.

A frequência de realização das reuniões do Colegiado de Curso se dava uma vez por mês e, extraordinariamente, mediante convocação do Coordenador, ou, a pedido, por escrito, da maioria simples de seus membros. (BRASIL, 2007).

Dentre os principais eventos realizados pelo programa durante o período da Avaliação Quadrienal 2017 destacaram-se: o Seminário de 500 Anos de O Príncipe de Maquiavel realizado em 4 de dezembro de 2013, e o 5º Fórum Brasileiro de Pós-Graduação em Ciência Política - FBCP que foi realizada de 4 a 7 de julho de 2017, ambos eventos aconteceram na cidade de Teresina-PI.

3.1.1 Documentos CAPES analisados do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política

O Documento de Área da Ciência Política e Relações Internacionais estabelecido pela CAPES considerando os últimos triênios de expansão da Área e a consolidação de indicadores de qualidade acadêmica, explica que o próximo período terá um conjunto de desafios a serem enfrentados pela área, tais como: (BRASIL, 2017, p.7)

Ampliar impacto internacional da produção científica brasileira na Área;

Ampliar número de programas com Doutorado e formação de doutores;

Formar recursos humanos para o desenvolvimento nacional;

Reduzir assimetrias regionais: expandir a presença de programas nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste;

Ampliar número de Mestrados Profissionais.

Desse modo, observa-se que a CAPES possui metas ambiciosas e que visam ampliar cada vez mais a quantidade e a qualidade dos cursos pertencentes Área da Ciência Política e Relações Internacionais no país.

Só para ilustrar a política de controle de qualidade da CAPES, dos 43 programas de pós-graduação da área de Ciência Política e Relações Internacionais

avaliados, 3 foram descredenciados, dentre os quais, o Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFPI, conforme é descrito no quadro 1:

Quadro 1 – Resultados finais da Avaliação Quadrienal 2017-Programas Acadêmicos e Programas Profissionais

Sigla IES*	Código do Programa	Nome do Programa	Nível	Nota**
CEFOR	53037014001P0	Poder Legislativo	Mestrado Profissional	4
ECEME	31098010001P5	CIÊNCIAS MILITARES	Mestrado/Doutorado	4
EGN	31070019001P0	Estudos Marítimos	Mestrado Profissional	5
FUFPI	21001014014P0	CIÊNCIA POLÍTICA	Mestrado	2
PUC/MG	32008015017P5	RELAÇÕES INTERNACIONAIS: POLÍTICA INTERNACIONAL	Mestrado/Doutorado	5
PUC-RIO	31005012026P2	RELAÇÕES INTERNACIONAIS	Mestrado/Doutorado	5
PUC-RIO	31005012157P0	ANÁLISE E GESTÃO DE POLÍTICAS INTERNACIONAIS: RESOLUÇÃO DE CONFLITOS E COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO	Mestrado Profissional	3
UEM	40004015033P8	POLÍTICAS PÚBLICAS	Mestrado Profissional	3
UEMA	20002017007P8	Cartografia Social e Política da Amazônia	Mestrado	3
UEPB	24004014007P1	RELAÇÕES INTERNACIONAIS	Mestrado	4
UERJ	31004016057P9	RELAÇÕES INTERNACIONAIS	Mestrado/Doutorado	4
UERJ	31004016061P6	CIÊNCIA POLÍTICA	Mestrado/Doutorado	6
UFABC	33144010019P3	Políticas Públicas	Mestrado	3
UFBA	28001010094P7	RELAÇÕES INTERNACIONAIS	Mestrado	4
UFF	31003010033P0	CIÊNCIA POLÍTICA	Mestrado/Doutorado	3/2
UFF	31003010062P0	ESTUDOS ESTRATÉGICOS DA DEFESA E DA SEGURANÇA	Mestrado	4
UFG	52001016055P6	Ciência Política	Mestrado	3
UFMG	32001010011P2	CIÊNCIA POLÍTICA	Mestrado/Doutorado	7
UFPA	15001016053P9	CIÊNCIA POLÍTICA	Mestrado	3
UFPB/J.P.	24001015080P1	CIÊNCIA POLÍTICA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS	Mestrado	3
UFPE	25001019033P6	CIÊNCIA POLÍTICA	Mestrado/Doutorado	6
UFPE	25001019091P6	Políticas Públicas	Mestrado Profissional	3
UFPEL	42003016037P2	Ciência Política	Mestrado/Doutorado	4
UFPR	40001016061P2	CIÊNCIA POLÍTICA	Mestrado/Doutorado	5
UFRB	28022017008P0	Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social	Mestrado Profissional	3
UFRGS	42001013033P4	CIÊNCIA POLÍTICA	Mestrado/Doutorado	4
UFRGS	42001013101P0	Estudos Estratégicos Internacionais	Mestrado/Doutorado	4
UFRGS	42001013156P9	POLÍTICAS PÚBLICAS	Mestrado/Doutorado	5
UFRJ	31001017137P3	ECONOMIA POLÍTICA INTERNACIONAL	Mestrado/Doutorado	3/2
UFRJ	31001017160P5	POLÍTICAS PÚBLICAS EM DIREITOS HUMANOS	Mestrado	3
UFSC	41001010083P2	Relações Internacionais	Mestrado	4
UFSCAR	33001014026P2	CIENCIA POLITICA	Mestrado/Doutorado	5

UFU	32006012072P3	RELAÇÕES INTERNACIONAIS	Mestrado	3
UNB	53001010025P6	RELAÇÕES INTERNACIONAIS	Mestrado/Doutorado	6
UNB	53001010026P2	CIÊNCIA POLÍTICA	Mestrado/Doutorado	6
UNESP/MAR	33004110044P0	RELAÇÕES INTERNACIONAIS (UNESP - UNICAMP - PUC-SP)	Mestrado/Doutorado	4
UNICAMP	33003017017P6	CIÊNCIA POLÍTICA	Mestrado/Doutorado	6
UNIEURO	53017013001P6	DIREITOS HUMANOS, CIDADANIA E VIOLÊNCIA	Mestrado	3
UNIFA	31096018001P2	Ciências Aeroespaciais	Mestrado Profissional	4
UNILA	40043010002P6	INTEGRAÇÃO CONTEMPORÂNEA DA AMÉRICA LATINA - ICAL	Mestrado	3
UNIPAMPA	42046017012P6	POLÍTICAS PÚBLICAS	Mestrado Profissional	3
USP	33002010030P6	CIÊNCIA POLÍTICA	Mestrado/Doutorado	7
USP	33002010208P0	RELAÇÕES INTERNACIONAIS	Mestrado/Doutorado	4

* No caso de PPG em forma associativa, somente o nome da IES coordenadora aparece nesta planilha.

** As notas dos PPG para os quais o CTC-ES recomenda o **descredenciamento** do doutorado foram registradas como 3/2 - sendo 3 a nota atribuída ao Mestrado e 2 a nota atribuída ao Doutorado.

Fonte: Relatório da Avaliação Quadrienal 2017 Ciência Política e Relações Internacionais (2017).

Considerando o exposto, nessa primeira parte do capítulo serão descritos os fatores que contribuíram para a diminuição dos padrões de qualidade do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFPI e que resultaram conceito 2 na Avaliação Quadrienal da CAPES 2017.

Os documentos analisados neste capítulo foram os seguintes: Documento de Área Ciência Política e Relações Internacionais, Relatório da Avaliação Quadrienal 2017 Ciência Política e Relações Internacionais, Requisitos para a Apresentação de Propostas de Cursos Novos (APCN) da área de Ciência Política e Relações Internacionais e a Ficha de Avaliação/Reconsideração do Programa.

3.1.2 Considerações Gerais Sobre A Avaliação Quadrienal 2017

A Área de CP & RI adota padrões de avaliação rígidos, ressaltados nos seguintes componentes: (1) uma classificação conservadora do Qualis: proporção de periódicos classificados como A1+A2 e A1+A2+B1 cerca de 50% inferior aos limites fixados pelo Conselho Técnico-Científico da Educação Superior (CTC-ES); (2) predomínio de periódicos internacionais nos estratos superiores; (3) Pontuação para efeitos de avaliação da produção científica restrita a trabalhos em revistas A1, A2 e B1 e livros ou capítulos classificados como L4 e L3. (BRASIL, 2017)

A seguir é apresentado trechos da Ficha de Avaliação/Reconsideração 2017 do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (PPGCP) da UFPI. A categorização foi baseada nos critérios estabelecidos pela Avaliação CAPES e visa fazer uma análise de conteúdo dos critérios e itens classificados como FRACO no resultado final da Avaliação:

3.1.2.1 Proposta do Programa

“A Área considera o alinhamento e coerência existentes entre o desenho do Programa, o perfil do corpo docente e os resultados estabelecidos.” (BRASIL, 2017, p.10). O desenho do Programa é constituído principalmente pela área de concentração, Linhas Pesquisa e estrutura curricular, já os resultados são

determinados pelos projetos de pesquisa, disciplinas ofertadas no período e pela produção acadêmica.

A Avaliação CAPES dá preferência por disciplinas de pesquisa e de caráter metodológico. Consideram importante também as iniciativas do Programa em relação à sua inserção internacional, em especial, parcerias com instituições de excelência internacional na Área e iniciativas de cooperação internacional com instituições da América Latina e África. (BRASIL, 2017)

No critério Proposta do Programa de acordo com a Ficha de Avaliação/Reconsideração 2017 não houve nenhum item classificado como FRACO, obtendo conceito BOM da comissão. (BRASIL, 2017)

No tocante a Infraestrutura “para obter conceito MUITO BOM, um Programa, necessariamente, deve contar com de bases de dados próprias para pesquisas.” (BRASIL, 2017, p.27)

Segundo o APCN “É altamente valorizada a disponibilidade de bancos de dados, resultantes de pesquisas realizadas pelos docentes e pesquisadores do programa.” (BRASIL, 2016, p.3)

Sobre a temática da infraestrutura Gatti et al. (2003) afirmam que deveria servir de pontuação durante a avaliação do curso, a análise do uso de bibliotecas e outros suportes físicos para os professores, alunos e comunidade. O que constituiria indicadores positivos na construção da representatividade do curso ou programal. (Gatti et al.,2003, p.142)

3.1.2.2 Corpo Docente

O quesito Corpo Docente, segundo Maccari (2008), representa o critério mais importante do sistema de avaliação. Visto que, os outros quesitos dependem da produtividade do corpo docente do Programa, tais como Corpo Docente, Produção Intelectual e Impacto Social.

Para se avaliar o critério Corpo Docente, considera-se a (i) estabilidade na composição do corpo docente durante o quadriênio e a diversidade institucional na formação, sua (ii) inserção em redes internacionais de pesquisa e mobilidade acadêmica e o (iii) percentual de bolsistas produtividade CNPq (PQ e PQ-1) entre DPs. (BRASIL, 2017)

Segundo a Ficha de Avaliação/Reconsideração 2017 do Programa Ciência Política da UFPI o item 2.2. "Adequação e dedicação dos docentes permanentes em relação às atividades de pesquisa e de formação do programa." apresentou o conceito Regular. A justificativa dada pela Comissão foi a de que, em 2016 o programa contava com 15 docentes, porém 1/3 destes eram colaboradores. Assim, o percentual de docentes permanentes encontrava-se ligeiramente abaixo do recomendado, com 66.7%, localizando-se no terceiro quartil da área. Outro motivo apontado foi o de que nenhum professor possuía bolsa de produtividade. (BRASIL, 2017)

Para avaliar este item a adequação e dedicação dos docentes permanentes e a distribuição das atividades, são consideradas (iv) um mínimo de 8 docentes permanentes em curso de mestrado; (v) 70% do corpo docente formado por permanentes com 40 horas de dedicação à Instituição e mínimo de 10 horas semanais ao Programa; (vi) uma relação média de orientandos por docente permanente situada no intervalo $\geq 3 \leq 8$, com $\leq 10\% DP = 0$ orientação e ≥ 08 orientação = 0 DP; e (vii) uma distribuição entre os limites inferior e superior deste intervalo que corresponda aos níveis de produtividade científica e experiência acadêmica (orientações concluídas) dos orientadores. (BRASIL, 2017)

Conforme o Relatório da Avaliação Quadrienal 2017 (BRASIL, 2017, p.30) o conceito REGULAR é dado quando se atende a somente duas condições dos itens abaixo:

(a) Dimensão corpo docente: $DP/ME > 8$; $DP/DO > 10$

(b) Dedicação: 70% do corpo docente formado por permanentes com 40 horas de dedicação à Instituição e mínimo de 10 horas semanais ao Programa

(c) Participação em projetos de pesquisa com financiamento por agências de fomento nacionais ou internacionais, valorizando distribuição equilibrada entre docentes.

(d) Correspondência PQ/dp x pesquisa/ produção científica

O APCN (BRASIL, 2017) por sua vez, também ressalta a importância de que no mínimo 70% dos docentes sejam permanentes no Programa. E que não estejam vinculados como permanentes em mais de 03 (três) programas de pós-graduação.

3.1.2.3 Corpo Discente

Segundo Maccari, Lima e Riccio (2009, p.88) “O sistema de avaliação da CAPES exerce forte influência sobre os programas ao valorizarem particularmente dois itens: tempo médio de titulação e produção discente”. No caso do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFPI, de acordo com a sua Ficha de Avaliação da CAPES (BRASIL, 2017), o item 3.3. Qualidade das Teses e Dissertações e da produção de discentes autores da pós-graduação e da graduação obteve o conceito FRACO.

A Área considera como medida de qualidade de teses e dissertações, a publicação de trabalhos de alunos em periódicos classificados no Qualis da Área. Para que isto ocorra, é empregado o Índice de Produção Discente – IPDi, que considera a frequência de artigos publicados pelos discentes de um programa em cada estrato Qualis, multiplicado pelos pontos atribuídos a este estrato, em relação à dimensão do corpo discente. As produções em co-autoria poderão ser computadas como produção discente em no máximo até duas vezes para um mesmo Programa, independente do número de autores que a subscrevam. O IPDi é calculado da seguinte forma: (BRASIL,2017)

$$\text{IPDi} = (\text{N}^\circ\text{A1} \times 100) + (\text{n}^\circ\text{A2} \times 85) + (\text{n}^\circ\text{B1} \times 70) + (\text{N}^\circ\text{B2} \times 55) + (\text{n}^\circ\text{B3} \times 40) + (\text{n}^\circ\text{B4} \times 25) + (\text{n}^\circ\text{B5} \times 10) / \text{N}^\circ\text{ discentes PPG}$$

No Relatório da Avaliação Quadrienal 2017-Ciência Política e Relações Internacionais, a Comissão da CAPES realizou uma revisão nos dados extraídos da Plataforma Sucupira de todos os Programas do país, localizando a discrepância Quadrienal x reconsiderações na desatenção das instituições reclamantes quanto à regra de limitação de contagem de artigos com múltiplos autores, determinada pelo Documento de Área: trabalhos em coautoria poderão contar no máximo até duas vezes, independentemente do número de participantes em sua autoria. Ao desconsiderar está diretriz, fixada no Documento de Área e obedecida pela Comissão de Avaliação Quadrienal, pedidos de reconsideração terminaram por contabilizar artigos tantas vezes quanto seu número de autores, subestimando resultados e desobedecendo as normas da Avaliação.

3.1.2.4 Produção Intelectual

De acordo com Spagnolo e Calhau (2002) a qualidade dos cursos de pós-graduação para a CAPES é medida por critérios questionáveis como: número de publicações, qualificação dos docentes e número de orientações no Programa.

Supor que a pesquisa e as publicações que dela derivam são também evidências da qualidade do ensino é uma hipótese muito discutível. A formação de qualidade exige competências pedagógicas e científicas que nem sempre emanam da atividade de pesquisa (Spagnolo & Calhau, 2002:24).

O critério Produção Intelectual recebeu a pior avaliação do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFPI, obtendo o conceito FRACO. A CAPES informa que "deverão ser computados como produção de um Programa, apenas os produtos científicos resultantes da atividade efetiva do docente junto a este Programa". (BRASIL, 2017)

Segundo o Documento de Área da CAPES (BRASIL, 2017), é o Índice de Produção Qualificada-revistas (IPQ-r) que mede a produção intelectual de per capita

docentes permanentes, ligada a periódicos científicos. E considera para efeitos de pontuação apenas a publicação em periódicos localizados nos estratos A1, A2 e B1 do Qualis da Área de Ciência Política e Relações Internacionais. "A distribuição dos periódicos classificados no Qualis Ciência Política e Relações Internacionais obedece aos vínculos fixados CTC-ES: $A1 \leq A2$, $A1 + A2 \leq 25\%$, $A1 + A2 + B1 \leq 50\%$ ". (BRASIL, 2017p.12)

O critério Produção Intelectual ficou com um conceito baixo por causa dos dois itens abaixo:

4.1. Publicações qualificadas do Programa por docente permanente. (Fraco)

4.2. Distribuição de publicações qualificadas em relação ao corpo docente permanente do Programa. (Fraco)

A Justificativa dada pela Ficha de Avaliação da CAPES explica que a produção qualificada do Programa por docente permanente possui IPQr 7,74 ficando em último quartil (32ª colocação entre os programas). (BRASIL, 2017)

A produção qualificada por sua vez, apresenta alta concentração. Os 05 artigos publicados no período concentravam-se apenas em um único docente, sendo 3 artigos publicados em revista Qualis A2 e 2 artigos publicados em revista Qualis B1. (BRASIL, 2017)

E de acordo o Relatório da Avaliação Quadrienal 2017(BRASIL, 2017) a Área de Ciência Política e Relações Internacionais considera somente os artigos publicados em revistas A1, A2 e B1 e livros ou capítulos classificados nos estratos L3 e L4, para o Programa obter um conceito bom ou muito bom.

Conforme o APCN as propostas de cursos novos precisam incluir a previsão da participação do corpo discente na produção científica do Programa, através da publicação das dissertações ou artigos, onde os mesmos são adotados como requisito parcial para a obtenção do título de mestre pelo programa. Ou seja, se é primordial a participação dos trabalhos científicos dos discentes para a conclusão do curso, não é aceitável que as publicações do Programa fiquem concentradas em apenas um único docente. (BRASIL, 2016)

3.1.2.5 Inserção Social

A avaliação da inserção e do impacto nacional e regional é analisada por meio de publicações e conferências veiculados pelo Programa (VOGEL, 2015). Neste critério o item que obteve menor conceito foi o 5.1. Inserção e impacto regional e (ou) nacional do programa. (Regular). Onde a Área analisa a formação de recursos humanos no período avaliado. A CAPES considera as informações referentes a alunos titulados que estão participando de outros Programas e de outras Instituições de Ensino Superior, colaborando para a ampliação do sistema de Pós-Graduação e a diminuição das diferenças regionais.

Entretanto, o conceito REGULAR obtido no item Inserção e impacto regional e (ou) nacional do programa é considerado razoável para o Relatório da Avaliação Quadrienal 2017- Ciência Política e Relações Internacionais (BRASIL, 2017). Uma vez que, para avaliar o respectivo item a Área verifica se o Programa realiza acompanhamento dos egressos, com informações sobre suas atividades de pesquisa e vínculos profissionais. Isto é, considera as informações relativas a atividades de ensino e pesquisa dos discentes titulados que estão inseridos em outros Programas, Instituições de Ensino Superior e outras atividades.

E o Programa faz esse tipo de acompanhamento de egressos, conforme descreve a Ficha de Avaliação da CAPES (BRASIL, 2017, p.5):"o que se refere à formação e nucleação de recursos humanos, o Programa tituló 44 mestres ao longo do quadriênio. Um egresso foi aceito no doutorado da UFMG, outro foi aprovado em concurso público (...)".

No documento ainda fala que o programa foi criado numa parceria com a Unicamp, e possui alguns de seus professores como egressos de instituições consolidadas nacionalmente. Ainda tem procurado parcerias com as Universidade de Sevilla, UNIRIO com IFPI. E para ampliar a visibilidade do Programa, foi realizado o V Fórum Brasileiro de Pós-Graduação em Ciência Política. O que aumenta as

oportunidades para a repercussão social de suas atividades na região. (BRASIL, 2017)

3.2 Programa de Pós-Graduação em Ciência e Engenharia de Materiais

O Programa de Pós-Graduação em Ciência e Engenharia dos Materiais (PPGCM) foi reconhecido pela Portaria 1325 de 22/09/2011, Parecer CNE/CES 162/2011 e iniciou seu funcionamento no final de 2010 por meio da seleção, com sua primeira turma ingressando no início de 2011.

O PPGCM apresenta atualmente 17 docentes permanentes e nenhum professor colaborador. O doutorado dos docentes do Programa é nas seguintes áreas: Engenharia Aeronáutica e Mecânica, Física, Química, Química Inorgânica, Ciências, Ciências Farmacêuticas, Ciência e Engenharia de Materiais, Engenharia de Processos, Engenharia de Materiais. Apesar da coerência entre a formação dos professores e a área de concentração do PPGCM, uma das suas metas é aumentar o número de docentes da área de engenharia de materiais. (BRASIL, 2018).

As vagas ofertadas anualmente são divulgadas por meio da publicação do Edital de Seleção para admissão ao Programa. No último Edital de Seleção 2018.1 foram ofertadas 20 (vinte) vagas para o curso de Mestrado e no Edital de Seleção 2018.2 foram ofertadas mais 05 (cinco) vagas.

Em 31 de julho de 2018 já haviam sido realizadas 85 defesas de dissertação, ou seja, já haviam 85 alunos titulados no Programa de Pós-Graduação em Ciência e Engenharia dos Materiais (PPGCM) da UFPI. (BRASIL, 2018).

Para compor o quadro de professores do Programa o docente deve possuir o perfil abaixo:

- a) Possua a pontuação de PDOC no mínimo Bom (definido pelo documento corrente de área de materiais da CAPES) com participação de alunos de IC ou PG, em pelo menos um (01) artigo; b) Dentre os artigos publicados, deve possuir, no mínimo, dois (02) artigos.

- b) Possuir uma média de, no mínimo, um (01) aluno dos Programas Iniciação Científica (IC) ou, Iniciação Tecnológica (IT) ou, Iniciação Tecnológica Voluntária (ITV) ou, Iniciação Científica Voluntária (ICV) ou ainda em Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) por ano;
- c) Não estar em mais de um (01) Programa de Pós-Graduação antes do seu credenciamento. (BRASIL, 2018)

Já o Colegiado do Programa é formado por quatro representantes docentes permanentes do programa e um da representação estudantil. A frequência de realização de reuniões ocorre bimestralmente, conforme o Art. 8º do Regimento Interno deste Programa. (BRASIL, 2018)

Os principais eventos realizados pelo programa de Pós-Graduação em Ciências e Engenharia dos Materiais durante o período da Avaliação Quadrienal 2017 foram:

Quadro 2 – Eventos realizados Programa de Pós-Graduação em Ciências e Engenharia dos Materiais-UFPI

Evento	Ministrante	Local	Data
Seminário: Células Solares Orgânicas	Prof. Dr. Roberto Mendonça Faria do Instituto de Física de São Carlos - USP	Auditório do Departamento de Física – CCN/UFPI	23/01/2013
Minicurso: Tribologia em Diferentes materiais	MARCO ANTONIO FIGUEROA GUADARRAMA (Universidade	Auditório do Centro de Ciências da Natureza/UFPI	10/04/2013

	Autônoma do México)		
Minicurso: Introdução à Técnica de Reflexão Especular	Prof. Dr. Eder Nascimento Silva (UFMA)	Auditório do Departamento de Física – CCN/UFPI	02/05/2013
Workshop de Microscopia Avançada	-	Auditório do curso de Farmácia - UFPI- Teresina-PI	04/07/2013
Minicurso: CLAE para doseamento de fármacos em matrizes poliméricas	Prof. Dr. Danilo César Galindo Bedor / UFPE	Auditório do Curso de Farmácia – UFPI	11/10/2013
Inauguração do University Chapter Piauí		Auditório do Departamento de Química – CCN/UFPI	04/11/2014
I Semana de Engenharia de Materiais da UFPI		Centro de Tecnologia/UFPI - Teresina/PI	13/06/2016

Fonte: elaborado pela autora (2018).

No processo de avaliação de seus Programas de Pós-Graduação (PPG), a Área de Ensino valoriza toda a produção bibliográfica dos docentes e discentes.

Inclusive cursos de curta duração e atividades de extensão, como eventos científicos. Os eventos realizados pela Pós-Graduação consistem numa atividade que reuni especialistas em determinadas áreas do saber para discutir sobre temas que atendam a preocupações comuns, com vistas à atualização e ao progresso da pesquisa científica em uma área. (BRASIL, 2017)

3.2.1 Documentos CAPES analisados no Programa de Pós-Graduação em Ciência e Engenharia de Materiais da UFPI

De acordo com o APCN da Área de Materiais (BRASIL, 2016, p.7) “É entendimento consolidado da área que o acompanhamento continuado por parte da coordenação de um curso de mestrado acadêmico é etapa fundamental na boa avaliação do curso”. Uma vez que, com o curso de mestrado consolidado, abre-se a possibilidade da estruturação de um doutorado. O que confirma a ideia de que uma boa gestão do Programa resulta na qualidade do curso e na melhoria da nota de avaliação.

Por meio da avaliação da Capes, conforme explica Wassen e Balzan (2015), apesar das críticas do método avaliativo, o método utilizado possibilitou a pós-graduação brasileira respeitabilidade em todo o mundo.

Nessa segunda parte do capítulo será descrito os fatores que contribuíram para o aumento dos padrões de qualidade do Programa de Pós-Graduação em *Ciência e Engenharia de Materiais* da UFPI e que resultaram no conceito 5 na Avaliação Quadrienal da CAPES 2017.

Os documentos analisados neste capítulo foram os seguintes: Documento de Área Materiais, Relatório da Avaliação Quadrienal 2017 Materiais, Requisitos para a Apresentação de Propostas de Cursos Novos (APCN) da área de Materiais e a Ficha de Avaliação/Reconsideração do Programa.

A seguir é apresentado trechos da Ficha de Avaliação/Reconsideração 2017 do Programa de Pós-Graduação em *Ciência e Engenharia de Materiais* da UFPI. A categorização foi baseada nos critérios estabelecidos pela Avaliação CAPES e visa

fazer uma análise de conteúdo dos critérios e itens classificados como BOM e MUITO BOM no resultado final da Avaliação:

3.2.1.1 Proposta do Programa

A Avaliação dos cursos, de acordo com Spagnolo e Souza (2004), acontece de maneira externa e avaliativa. Externa, porque os avaliadores são externos em relação ao programa avaliado. E comparativa, já que todos programas de uma área são avaliados pela mesma Comissão.

De acordo com a Ficha de Avaliação/Reconsideração 2017 o Programa de Pós-Graduação *em Ciência e Engenharia de Materiais* da UFPI recebeu da Comissão o conceito: **Muito Bom** no quesito Proposta do Programa. (BRASIL, 2017). Segue abaixo alguns trechos retirados da Ficha de Avaliação do Programa:

“A proposta do curso é adequada e atual, além de ser abrangente na área de materiais.”

“O Programa apresentou desde a sua criação um forte planejamento visando seu desenvolvimento.”

“Possui uma área construída exclusiva e adequada para as atividades do programa, além de equipamentos de médio e grande porte que dão suporte às pesquisas.” (BRASIL, 2017, p.1-2)

A nota máxima foi alcançada porque o Programa atendeu ao APCN (BRASIL, 2016, p.2) da Área de Materiais que afirma: “É altamente recomendável que as ações de fomento sejam diversificadas, expandindo a possibilidade de êxito do curso”.

Em relação ao Planejamento, o Relatório de Avaliação da Área de Materiais (BRASIL, 2017) afirma que a Avaliação é qualitativa quanto a suas metas, expectativas de crescimento, contextualização, colaboração e internacionalização do Programa.

No que se refere ao Documento de Área nele se destaca a questão da infraestrutura: “Será avaliada a adequação dos espaços disponíveis para docentes e discentes e a disponibilidade de recursos de informática, videoconferência e acesso à informação. (BRASIL, 2017, p.18)

3.2.1.2 Corpo Docente

A Avaliação da CAPES, de acordo com Sguissardi (2006), possibilitou o avanço do ‘sistema’ de pós-graduação no país. Por meio do destaque dado as pesquisas e produção científica, bem como na formação dos futuros docentes e pesquisadores.

O critério Corpo Docente pode ser considerado um dos quesitos mais importante da Ficha de avaliação. Uma vez que, os outros quesitos dependem da produtividade do corpo docente do Programa, tais como Corpo Discente, Produção Intelectual e Impacto Social. (MACCARI 2008)

Segundo a Ficha de Avaliação (BRASIL, 2017, p.2) do Programa de Pós-Graduação em Ciência e Engenharia de Materiais da UFPI:

Observou-se que ao longo do quadriênio houve um aumento de 30 a 58% no número de bolsistas de produtividade, sendo o maior aumento observado a partir de 2015, quando o número de docentes permanentes aumentou em 80%.

Foi quando iniciou o curso de Doutorado no Programa, atualmente, o mesmo possui 17 docentes permanentes nas áreas de Química (10), Física (3), engenharias (3) e farmácia (1), todos pertencente ao corpo docente permanente.

Para o curso ser considerado de qualidade, de acordo com APCN (BRASIL, 2016, p.3) “Todos os docentes permanentes do programa participam de pelo menos duas das três principais atividades do programa.”

No Documento de área (BRASIL, 2017, p.18) aborda que a avaliação se dá também pela formação e pelo reconhecimento da produção intelectual do corpo

docente. São adotados índices de produtividade em função do número de bolsistas de pesquisa ou inovação tecnológica do CNPq nas áreas de Materiais e afins.

3.2.1.3 Corpo Discente

Devido a política de Avaliação da CAPES, a Pós-Graduação no Brasil demonstra uma melhoria em seu desempenho e em sua qualidade, em especial ao corpo discente. São valorizados a participação dos alunos em congressos e comissões, os mesmos também são estimulados a publicar em veículos de qualidade, é incentivado ainda a redução do tempo de titulação do estudante. (SANTOS, 2004).

No Programa de Pós-Graduação *em Ciência e Engenharia de Materiais* da UFPI “De acordo com as informações da Plataforma Sucupira, todas as dissertações defendidas tiveram pelo menos um participante externo, o que é considerado muito bom. O percentual de discentes do programa que participam em publicações qualificadas na área é muito bom.” (BRASIL, 2017, p.3)

O item 3.3. Qualidade das Teses e Dissertações e da produção de discentes autores da pós-graduação e da graduação na produção científica do programa, aferida por publicações e outros indicadores pertinentes à área corresponde a 60% do peso da avaliação no critério Corpo Discente. O item leva em consideração a qualidade das bancas de defesas de dissertações, a participação de discentes em artigos divulgados em veículos classificados pelo Qualis da área de Materiais e a fração da produção de discentes do programa em relação à produção total do programa. (BRASIL, 2017)

3.2.1.4 Produção Intelectual

No Brasil, a pós-graduação é fundamental para a produção científica do País. Um dos principais motivos para isso é o fato de que a grande parte dos

pesquisadores e dos recursos financeiros à pesquisa está vinculada a programas de pós-graduação. (Oliveira, 2011).

Maccari, Lima e Riccio (2009, p.82) afirmam que a “produção intelectual corresponde a 35% do peso da avaliação e é decisivo no momento da atribuição da nota pela CAPES”.

Os três itens do critério Produção Intelectual receberam o conceito Muito Bom. E de acordo com a Ficha de Avaliação “o programa apresenta produção técnica muito boa e com regularidade ao longo do quadriênio” (BRASIL, 2017, p.4). Entretanto o mesmo documento ressalta que o índice aumentou a partir da criação do curso de doutorado no Programa.

Além disso, observou-se um aumento de produções A1 nos últimos dois anos do quadriênio, que é desejável e qualifica o programa. O índice da distribuição de publicações qualificadas entre os docentes permanentes no programa é muito bom. (BRASIL, 2017, p.3-4)

Conforme o Documento de Área de Materiais (BRASIL, 2016), 30% do peso da avaliação corresponde ao item 4.2. Distribuição de publicações qualificadas em relação ao corpo docente permanente do Programa. Este item contabiliza a fração de docentes permanentes com participação em publicações classificadas nos estratos A1, A2 ou B1 do Qualis 2013-2016 da área de Materiais.

3.2.1.5 Inserção Social

Conforme a Ficha de Avaliação o critério Inserção Social foi o único que recebeu o conceito BOM da Comissão, o restante dos critérios da Avaliação recebeu o conceito MUITO BOM. (BRASIL, 2017)

O conceito deve-se ao item 5.3 - Visibilidade ou transparência dada pelo programa a sua atuação que recebeu a nota Regular. De acordo com a Ficha de Avaliação:

O programa tem uma página na internet atualizada e somente em português. Não há informação sobre a disponibilização de acesso a dissertações e teses. Não há indicação de menção a prêmios e destaques dos trabalhos desenvolvidos. (BRASIL, 2016, p.4)

No Documento de Área (BRASIL, 2016) explica que o item verifica a qualidade e a atualização das informações veiculadas pelo programa para o público. É avaliado também a visibilidade do programa e a disponibilidade integral das dissertações defendidas.

O critério Inserção Social é bastante exigido quando o Programa já possui notas de excelência. “Verifica-se a indução do sistema de avaliação da CAPES para que os programas ampliem a inserção social. Isso fica evidente quando se observa as exigências de inserção social para os programas com nota 6 e 7”. (MACCARI, LIMA E RICCIO, 2009, p.82)

4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

4.1 Locus da Pesquisa

4.1.1 *Sujeitos da pesquisa*

A unidade de análise da pesquisa são os Programas de Pós-Graduação em Ciência e Engenharia de Materiais e em Ciência Política, ambos pertencentes à Universidade Federal do Piauí-UFPI. O primeiro aumentou a nota de 4 para 5 (maior nota da UFPI) na Avaliação Quadrienal 2017. Já o Programa de Pós-Graduação em Ciência Política diminuiu a nota de 3 para 2 (resultando no descredenciamento do curso).

4.1.2 *Abordagem, objetivos e amostragem*

Quanto aos procedimentos técnicos utilizados na pesquisa:

- Pesquisa bibliográfica: teve como objetivo abordar os conceitos e as teorias que embasaram o estudo sobre a gestão na pós-graduação da UFPI, por meio da pesquisa realizadas em livros, artigos científicos e sites.
- Pesquisa documental: teve como objetivo identificar informações e registros importantes de um determinado local ou situação (GIL, 2010).

[...] o documento escrito constitui uma fonte extremamente preciosa para todo pesquisador nas ciências sociais. Ele é, evidentemente, insubstituível em qualquer reconstituição referente a um passado relativamente distante, pois não é raro que ele represente a quase totalidade dos vestígios da atividade humana em determinadas épocas. Além disso, muito frequentemente, ele permanece como o único testemunho de atividades particulares ocorridas num passado recente. (CELLARD, 2008, p. 295).

A presente pesquisa caracteriza-se também por sua natureza qualitativa e descritiva.

Segundo Godoi et al. (2006) a pesquisa qualitativa possibilita o estudo de um fenômeno com um mínimo de afastamento, priorizando a busca pelo entendimento de seus agentes desde as suas razões e lógica em detrimento da busca por padrões.

Denzin e Lincoln (2006) informam que pesquisas qualitativas usam ao mesmo tempo várias técnicas metodológicas. Dessa gama de possibilidades, compõe-se um conjunto de atividades interpretativas de um determinado fenômeno.

Godoy (1995, 2005) explica que deve existir alguns aspectos, para que a pesquisa seja considerada qualitativa: i) o ambiente natural é tido como fonte direta de dados e o pesquisador como instrumento fundamental; ii) é uma pesquisa descritiva; iii) preocupação do pesquisador quanto ao significado que as pessoas dão às suas vidas e demais coisas; iv) utilização do enfoque indutivo na análise dos dados.

Já a pesquisa descritiva tem como objetivo fundamental a descrição da características de um determinado fenômeno ou situação. (GIL, 2008).

A amostra escolhida foi intencional. Segundo Nagae (2007), esse método de amostragem visa à otimização, pois se baseia na ideia de que se deve controlar a seleção amostral quando existir conhecimento suficiente para se ter boas inferências de quantidade.

4.2 Coleta de Dados

A coleta de dados ocorreu por meio da pesquisa documental, com a utilização de dados disponíveis em bancos de dados da instituição e da CAPES. Desse modo, foram analisados os Documentos de Área da Capes, os Relatórios da Plataforma Sucupira, portarias, resoluções e o regimento interno de cada Programa.

De acordo com Vergara, (2009) as características principais em uma metodologia de análise de conteúdo são: a) A análise de conteúdo se presta tanto aos fins exploratórios, quanto aos de verificação, confirmando ou não hipóteses; b) Exige categorias exaustivas, mutuamente exclusivas, e objetivas; c) A análise de conteúdo pode tratar grandes quantidades de dados, bem como armazenadas com auxílio de programas de computador. A interpretação, contudo, é papel do

pesquisador; d) A análise de conteúdo corre o risco, quando se detém em frequências, perder o que está ausente, subentendido no contexto, entretanto, de grande importância para a análise do objeto que está sendo feito o estudo.

Desse modo, a análise de conteúdo desenvolve-se em três fases: (a) pré-análise; (b) exploração do material; e (c) tratamento dos dados, inferência e interpretação (Bardin, 1977, p. 95).

Na pré-análise, acontece a organização da pesquisa, a escolha dos documentos a serem analisados, a formulação de objetivos e hipóteses e a elaboração de indicadores que fundamentam a interpretação no final do estudo. Na presente pesquisa, os objetivos originaram-se da leitura dos documentos da CAPES e dos documentos produzidos pelos Programas de Pós-Graduação pesquisados.

A exploração do material consiste na descrição analítica do documento, e envolve a codificação, na categorização, que podem ser entendidos como sistemas de códigos. (BARDIN, 1977). Terminada a codificação, começa a terceira fase, de tratamento dos resultados, onde o documento se torna útil aos objetivos da pesquisa (BARDIN, 1977).

As categorias, segundo Campos (2004), são enunciadas que compreendem um número variável de tema, de acordo com a afinidade, e que possam por meio de sua análise, extrair informações importantes de acordo com o objetivo do estudo.

A Categorização final das unidades de análise constitui a última fase do processo de categorização, pois se refere a uma análise de reconsideração da distribuição dos conteúdos. O processo permite uma análise mais profunda dos recortes com base em critérios estabelecidos.

Segundo Laville e Dionne (1999), um bom conjunto de categorias deve ser pertinentes, tão exaustivas quanto possíveis, precisas e mutuamente exclusivas. “Trata-se de considerar uma a uma as unidades à luz dos critérios gerais de análise, para escolher a categoria que convém melhor a cada uma” (LAVILLE & DIONNE, 1999, p. 223).

5 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Este tópico traz a análise dos principais resultados encontrados neste estudo. Primeiro, são apresentadas as principais pautas das Reuniões dos Colegiados dos Programas estudados. Em seguida, são apresentados os pontos comuns e divergentes das **Disciplinas, Home page e Regimento Interno** de cada Programa. Os tópicos abaixo derivam do processo de análise de conteúdo.

5.1 Atas Reuniões Colegiado

Nos Quadros seguintes são apresentadas as principais pautas das Reuniões dos Colegiados do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política e do Programa de Pós-Graduação em Ciência e Engenharia de Materiais. As pautas foram separadas de acordo com os critérios de Avaliação da CAPES: Proposta do Programa; Corpo Docente; Corpo Discente, Teses e Dissertações; Produção Intelectual e Inserção Social.

Quadro 3 – Proposta do Programa (Pautas Principais das Atas)

ATA CIÊNCIA POLÍTICA	ATA Ciência dos Materiais
Ata: 31/01/2013 Aprovação de cursos de extensão ministrados pelos professores do Programa na área de Ciência Política.	Ata: 09/07/14 Aprovação da APCN de Doutorado Ata: 07/12/16 Normas para participação dos docentes em bancas de Qualificação e Defesa do PPGCM

Fonte: elaborado pela autora (2018).

Dentro do critério Proposta do Programa foi encontrado na Ata do dia 31/01/2013 do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política informações a respeito da infraestrutura para ensino, pesquisa e extensão. (BRASIL, 2007)

Nas pautas das Atas dos dias 09/07/ 2014 e 07/12/2016 do Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Ciência dos Materiais são observados como é feito o planejamento do programa com vistas a seu desenvolvimento futuro, contemplando seus propósitos na melhor formação de seus alunos, conforme os parâmetros da área. (BRASIL, 2011)

Percebe-se que nos 2 Programas existem ações que promovem o desenvolvimento e a melhoria no quesito Proposta do Programa. Ações estas, que nada mais são do que estratégias de gestão, que contribuem para o aumento da pontuação nesse quesito e conseqüentemente na qualidade dos cursos.

Quadro 4 – Corpo Docente (Pautas Principais das Atas)

ATA CIÊNCIA POLÍTICA	ATA Ciência dos Materiais
Ata: 24/05/2013	Ata: 06/06/13
Incentivo a entrada de professores permanentes de acordo com a produção intelectual.	Solicitação de alteração da Portaria Nº 03/2013 (Comissão de Elaboração das Normas de Credenciamento e Descredenciamento de novos docentes).
Ata: 29/05/2014	Ata: 05/04/16
Incentivo à qualificação do corpo docente, valorizando especialmente o pós-doutorado.	Credenciamento e credenciamento de docentes do PPGCM.
Ata: 13/08/2014	
Proporção de docentes permanentes com bolsa de produtividade em pesquisa do CNPq.	

Fonte: elaborado pela autora (2018).

Na Ata de 24/05/2013 do Programa de Ciência Política verifica-se o estímulo ao ingresso de novos docentes permanentes de acordo com a produção intelectual. Ou seja, como a qualidade dos cursos de pós-graduação para a CAPES é medida por número de publicações, (Spagnolo & Calhau, 2002) é essencial que os gestores dos cursos de pós-graduação se preocupem e estimulem a qualidade das produções dos docentes do seu quadro.

Nota-se que há preocupação nos 2 Programas pesquisados sobre o critério Corpo Docente. Em especial, ao perfil desses professores, considerando a titulação e sua compatibilidade à Proposta do Programa. Como também, a adequação e dedicação do docente em relação às atividades de pesquisa e de formação do programa.

Quadro 5 – Corpo Discente e Dissertações (Pautas Principais das Atas)

ATA CIÊNCIA POLÍTICA	ATA Ciência dos Materiais
<p>Ata: 19/07/2013</p> <p>Decisões envolvendo a preocupação com a quantidade de dissertações defendidas no período de avaliação, em relação ao corpo docente permanente e à dimensão do corpo discente.</p>	<p>Ata: 07/02/2013</p> <p>Comissão de revisão das normas de qualificação e dissertação</p> <p>Ata: 08/05/13</p> <p>Aprovação da revisão das normas de qualificação e dissertação de mestrado.</p> <p>Ata: 21/08/2013</p> <p>Definição da quantidade de aluno por orientador.</p>

Fonte: elaborado pela autora (2018).

No Programa de Ciência Política a Ata de 19/07/2013 relata as principais decisões a respeito da quantidade de dissertações defendidas no período

de avaliação, em relação ao corpo docente permanente e ao corpo discente. (BRASIL, 2007)

Nas Atas de reuniões do Programa de Engenharia e Ciência dos Materiais foram localizados aspectos relacionados à qualidade das Dissertações e da produção de discentes autores, foram encontrados também informações a respeito da quantidade de aluno por orientador. (BRASIL, 2011)

Quadro 6 – Produção Intelectual (Pautas Principais das Atas)

ATA CIÊNCIA POLÍTICA	ATA Ciência dos Ciência e Engenharia dos Materiais
<p>Ata: 18/11/2013</p> <p>Preocupação da coordenação em melhorar a nota, através da sugestão da criação de eventos, mini cursos, livros. E também por meio da aplicação de um questionário aos docentes, a fim de facilitar a coleta de informações da vida acadêmica de cada um.</p> <p>Ata: 08/10/2014</p> <p>Preocupação com a baixa produção dos docentes e sugestões para melhorar essa deficiência no Programa</p> <p>Ata: 18/09/2015</p> <p>Preocupação com a baixa produção dos docentes e sugestões para melhorar essa deficiência no Programa</p> <p>Ata: 18/10/2016</p>	<p>Não foram encontradas informações a respeito desse critério nas pautas da Atas fornecidas pelo Programa</p>

Preocupação com a baixa produção dos docentes.	
--	--

Fonte: elaborado pela autora (2018).

Verificou-se nas atas das reuniões do Colegiado do Programa em Ciência Política (PPGCP) a preocupação da gestão dos cursos em melhorar a nota, por meio da criação de eventos, minicursos e livros. Decidiu-se também nessas reuniões, que deveria existir a aplicação de questionários aos docentes, visando tornar mais prático a coleta de informações da vida acadêmica. Isto é, no decorrer do quadriênio analisado 2013-2016, sempre houve a preocupação com a baixa produção dos docentes. Até porque se tinha-se a consciência da fragilidade do critério Produção Intelectual no Programa, e a pauta com ideias para melhorar a produção docente era recorrente nas reuniões do Colegiado do PPGCP. (BRASIL, 2007)

Nas pautas das atas do Programa de Ciência e Engenharia dos Materiais (PPGCM) não foram encontradas informações a respeito do critério Produção Intelectual, pelo menos, não de uma forma direta. Todavia, a permanente preocupação com qualidade das dissertações e uma triagem cuidadosa com os novos docentes influem diretamente na Produção Intelectual do curso, o que se pode comprovar com a excelente nota nesse critério pelo PPGCEM. (BRASIL, 2011)

Quadro 7 – Inserção Social (Pautas Principais das Atas)

ATA CIÊNCIA POLÍTICA	ATA Ciência dos Materiais
<p>Ata: 24/05/2013</p> <p>Incentivo a integração e cooperação com outros programas e centros de pesquisa e desenvolvimento profissional relacionados à área de conhecimento do programa.</p> <p>Ata: 21/08/2013</p>	<p>Não foram encontradas informações a respeito desse critério nas pautas da Atas fornecidas pelo Programa.</p>

<p>Convênio PQI UFPI/UNICAMP e Convênio de cooperação técnica INCRA/UFPI.</p> <p>Ata: 19/01/2015</p> <p>Incentivo a integração e cooperação com outros programas e centros de pesquisa e desenvolvimento profissional relacionados à área de conhecimento do programa.</p>	
---	--

Nas pautas das Atas do Programa de Ciência Política (PPGCP) demonstrou-se a preocupação com aspectos como: Incentivo a integração e cooperação com outros programas e centros de pesquisa e desenvolvimento profissional relacionados à área de conhecimento do programa. Mas apesar do cuidado, o subitem 5.1. Inserção e impacto regional e (ou) nacional do programa obteve nota Regular, e na média global o critério Inserção Social recebeu o conceito BOM. (BRASIL, 2007)

Nas atas do Programa de Ciência e Engenharia dos Materiais (PPGCM) não foram encontradas informações a respeito do critério Inserção Social. Análise que também pode ser verificada de acordo com a Ficha de Avaliação fornecida pela CAPES que recebeu o conceito BOM da Comissão. O critério Inserção Social do PPGCM obteve a nota Regular no item 5.3 - Visibilidade ou transparência dada pelo programa a sua atuação. (BRASIL, 2017).

E um dos pontos que o critério Inserção Social analisa é a respeito da atualização da página do programa, se a página está traduzida para o inglês. A gestão do curso deve estar atenta a certos aspectos como disponibilização de acesso a dissertações e menção de prêmios.

Pontos comuns e Pontos divergentes nas Atas da Reuniões do Colegiado dos Programas analisados

Em resumo, no tocante as principais decisões tomadas nas reuniões do Colegiado foram encontradas os seguintes **pontos comuns** nos 2 Programas:

- Incentivo a entrada de professores permanentes de acordo com a produção intelectual;
- Decisões envolvendo a preocupação com a quantidade de dissertações defendidas no período de avaliação.

E foram localizados os seguintes **pontos divergentes** entre as gestões dos Programas, sendo que os 2 pontos foram encontrados apenas nas pautas das atas do Programa em Ciência Política:

- Incentivo a integração e cooperação com outros programas e centros de pesquisa e desenvolvimento profissional relacionados à área de conhecimento do programa;
- Preocupação com a baixa produção dos docentes e sugestões para melhorar essa deficiência no Programa.

5.2 Aspectos Complementares Analisados

Os quadros a seguir apresentam pontos comuns e divergentes relacionados às **Disciplinas, Página do Programa (Home page) e Regimento Interno** de cada Programa.

Quadro 8 – Disciplinas

Pontos comuns	
Disciplinas Obrigatórias	5 (cinco)
Atividades Obrigatórias	Qualificação, Dissertação, Exame de Proficiência em Língua Estrangeira
Atividades Complementares	Estágio em Docência
Regime de Créditos	O aluno deve completar um mínimo de 24 (vinte e quatro) créditos no total (entre obrigatórias e optativas). Cada unidade de crédito corresponderá a 15 (quinze) horas de atividades programadas.

Fonte: elaborado pela autora (2018).

No que tange a Disciplinas, foram encontrados apenas similaridades entre os 2 cursos, principalmente no que se refere a: Disciplinas Obrigatórias, Atividades Obrigatórias, Atividades Complementares e Regime de Créditos. (BRASIL, 2018)

Quadro 9 – Página do Programa

Pontos comuns
O programa tem uma página na internet atualizada e somente em português

Fonte: elaborado pela autora (2018).

Pontos Divergentes	
Há informação sobre a disponibilização de acesso a dissertações e teses. há indicação de menção a prêmios e destaques dos trabalhos desenvolvidos	Ciência dos Materiais
Não há informação sobre a disponibilização de acesso a dissertações e teses. Não há indicação de menção a prêmios e destaques dos trabalhos desenvolvidos.	Ciência Política

Fonte: elaborado pela autora (2018).

No que diz respeito a Página do Programa os 2 cursos possuem uma página na internet atualizada e somente em português. Entretanto, na página do Programa em Ciência Política não há informação sobre a disponibilização de acesso a dissertações e teses. E também não há indicação de menção a prêmios e destaques dos trabalhos desenvolvidos. (BRASIL, 2019)

Quadro 10 – Regimento Interno do Programa

Assunto	Pontos comuns
Desligamento do Curso	Em caso de não aprovação do exame de Proficiência na língua estrangeira. O discente que obtiver prorrogação dos prazos e não concluir a dissertação.
Para concessão do grau de Mestre	O aluno deverá atender às seguintes condições: a) estar matriculado como aluno regular, entre os prazos mínimo e máximo estabelecidos pelo curso; b) ter completado no mínimo 24 (vinte e quatro) créditos em disciplinas e mais 6 (seis) créditos de atividade de Dissertação; c) ter obtido

	<p>média acumulada igual ou superior a 7,0 (sete) d) ter demonstrado capacidade de leitura em língua estrangeira/Inglês via exame de proficiência aceito pela UFPI ; e) ter sido aprovado no Exame de Qualificação; f) ter sido aprovado na apresentação e defesa da Dissertação, dentro do prazo previsto no capítulo VI deste regimento; g) entregar à Coordenação do Programa as cópias impressas e digitais da versão final da dissertação definida na banca e de acordo com as normas vigentes da UFPI, com comprovante de verificação de plágio de programa computacional para tal; h) ter entregue à CPG/PRPG 01 (uma) cópia em CD-ROM da versão final da dissertação, objetivando a formação do Banco de Dissertações e Teses da UFPI, bem como uma cópia da ata da respectiva defesa, comprovante do artigo submetido, arquivo em DOC do mesmo e todas as figuras originais; i) ter apresentado à Coordenação de Pós Graduação do programa, comprovante de situação regular junto às bibliotecas e à tesouraria da UFPI.</p>	
Assunto	Pontos Divergentes	
Data limite para entrega do Projeto de Dissertação	Cada aluno deverá apresentar ao PPGCM, um projeto de Dissertação, conforme modelo padrão adotado pelo programa, até o final do primeiro semestre cursado, de acordo com as linhas de pesquisa.	Ciência dos Materiais
	Não consta no Regimento	Ciência Política
Desligamento do Curso	Será desligado do PPGCM o aluno que: a) for reprovado por duas vezes em uma mesma disciplina; b) for reprovado em duas disciplinas distintas; c); d) for reprovado por duas vezes no Exame de Qualificação, de que trata os artigos 38 e 39 deste regimento; e) não tenha efetuado a matrícula institucional de que trata o artigo 30 deste regimento; g) for reprovado por duas vezes no Seminário de Acompanhamento, que trata os artigos 47 a 51 deste regimento; h) Não tenha o projeto aprovado e cadastrado, como previsto	Ciência dos Materiais

	no Artigo 13º deste regimento. i) For reprovado duas vezes em atividades distintas acima descritas.	
	Não consta no Regimento	Ciência Política
Submissão do artigo antes da Defesa de Dissertação	Para o pedido da Comissão Julgadora de Dissertação de Mestrado, o aluno deverá apresentar 01 (um) artigo submetido em periódicos científicos com Qualis entre A1 - B1 na área de Materiais. Somente serão aceitos artigos de pesquisa original.	Ciência dos Materiais
	Não consta no Regimento	Ciência Política
Normas de credenciamento e descredenciamento dos docentes	Consta no Regimento	Ciência dos Materiais
	Não consta no Regimento	Ciência Política
Regras de credenciamento anual	<p>Para efeitos de credenciamento anual, o docente deverá atender as seguintes regras (no período dos últimos quatro anos:</p> <p>a. Possuir a pontuação de PDOC no mínimo Bom (definido pelo documento de área de materiais da CAPES); b) Possuir, no mínimo, três (03) artigos com estratos iguais ou superiores a B1 na área de Materiais; c) Ter a participação de alunos de PG em Ciência e Engenharia dos Materiais, em pelo menos três (03) dos artigos científicos publicados, no fim do quadriênio avaliado; d) Lecionado o mínimo de quatro (04) créditos no Programa de Pós-Graduação em Ciência e Engenharia dos Materiais, anualmente ; e) Estar orientando duas (02)</p>	Ciência dos Materiais

	dissertações e duas (02) teses, após um quadriênio; ar em, no máximo, três (03) Programas de Pós-graduação, desde que 01 (um) destes seja em rede	
	Não consta no Regimento	Ciência Política
Créditos em disciplinas e para atividade de Dissertação	ter completado no mínimo 24 (vinte e quatro) créditos em disciplinas e mais 6 (seis) créditos de atividade de Dissertação	Ciência dos Materiais
	O número mínimo de créditos exigidos para a conclusão do curso de Mestrado é de 20 (vinte) créditos de disciplinas e atividades curriculares e 20 (vinte) créditos para a elaboração da dissertação.	Ciência Política

Fonte: elaborado pela autora (2018).

O Regimento Interno dos 2 Programas apresenta similaridades no item Desligamento do Curso e no item Concessão do grau de Mestre. São adotados os mesmos critérios e regras. Já itens como: Data limite para entrega do Projeto de Dissertação, Desligamento do Curso, Submissão do artigo antes da Defesa de Dissertação, Normas de credenciamento e descredenciamento dos docentes, Regras de credenciamento anual não foram localizados no Regimento Interno do Programa em Ciência Política. (BRASIL, 2018)

6. PLANO DE AÇÃO

Esta seção tem como objetivo sugerir algumas recomendações para os problemas diagnosticados na pesquisa. Segue abaixo as sugestões para auxiliar os Programas de Pós-Graduação no que diz respeito a gestão da qualidade e sua máxima eficiência para que se alcance sempre os melhores resultados na Avaliação Capes.

Quadro 11 – Plano de ação

Nº	PROCEDIMENTO	OBJETIVO	IMPLEMENTAÇÃO
1	Maior controle das reuniões dos Colegiados.	Tornar as reuniões mais gerenciais e estratégicas, uma vez que são nelas onde são discutidas e tomadas as principais decisões do Programa de Pós-graduação.	Controle para que as reuniões sejam periódicas. E controle das Atas das reuniões.
2	Maior controle das produções docentes e discentes	Aumentar a qualidade e a quantidade da produção intelectual do Programa.	Como a Produção Intelectual do Programa constitui a base para os outros critérios estabelecidos pela Capes. Deve-se criar meios de incentivo e controle para a produção do Programa.
3	Maior divulgação do curso.	Aumentar a demanda de alunos e conseqüentemente a melhoria da qualidade	Divulgação do curso por meio da página da Universidade, mídia impressa e eletrônica.

		daqueles que irão ingressar no mestrado.	
4	Incentivo a qualificação dos coordenadores, vice-coordenadores e equipe administrativa em cursos da área de gestão e afins.	Qualificar a equipe do Programa na área de gestão e administrar.	Criação de parcerias em cursos de administração e gestão.
5	Incentivo a entrada de professores permanentes de acordo com a produção intelectual.	Melhorar produção intelectual do Programa.	Processos seletivos com base no critério produção intelectual.
6	Incentivo à integração e cooperação com outros programas e centros de pesquisa e desenvolvimento profissional relacionados à área de conhecimento do programa.	Promover a integração entre os cursos da área.	Seminários, Simpósios, congressos, parcerias entre instituições.
7	Atualização constante da página do Programa na internet.	Disponibilizar acesso a dissertações e teses. indicação de menção a prêmios e destaques dos trabalhos desenvolvidos.	Desenvolvimento e atualização de uma página interessante de internet.

8	Atualização periódica do Regimento Interno do Programa.	Manter atualizado as normas e regras do Programa	Revisão do Regimento Interno por semestre.
---	---	--	--

Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

Este Plano de Ação pode ser utilizado pelas Coordenações dos cursos visando um acompanhamento das decisões estratégicas relacionadas a qualidade do Programa.

Com essas ações, espera-se melhorar a qualidade dos cursos de Pós-Graduações não somente a nota da Avaliação da Capes, mas o seu aperfeiçoamento diante a instituição e da sociedade como um todo.

Entretanto, deve-se destacar que essas sugestões não são fixas e rígidas, podendo o referido Plano Ação ser constantemente atualizado e evoluído pela gestão dos Programas.

7. CONCLUSÃO

Este trabalho objetivou, por meio de uma pesquisa de abordagem qualitativa, analisar a gestão do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política e do Programa de Pós-Graduação em Ciência e Engenharia de Materiais da UFPI no quadriênio 2013-2016.

O referencial teórico buscou introduzir os conceitos e uma breve análise do ensino da Pós-Graduação brasileira e a Administração Pública. Destacou-se também a importância de conceitos de qualidade e eficiência para a gestão das pós-graduações.

Em seguida, analisou-se a gestão realizadas pelos PPGs da UFPI em relação aos critérios estabelecidos no documento de área da CAPES.

Os resultados da pesquisa foram obtidos a partir da análise dos pontos comuns e divergentes entre os Programas estudados. Baseada em documentos internos como: Atas de reuniões, disciplinas, Regimento Interno e Página do PPG.

Desse modo, pode-se destacar como principais resultados do estudo, a preocupação de ambos os Programas em criar meios para melhorar a nota da Avaliação CAPES. Isso pode ser constatado principalmente nas Atas de Reuniões dos Colegiados. Já em relação às Disciplinas ofertadas, de uma maneira geral, as mesmas apresentam bastantes similaridades.

No tocante a Página do Programa (Home Page) o Programa em Ciência Política apresentou a falha de não disponibilizar o acesso às dissertações dos alunos titulados. E o Regimento Interno do Programa em Ciência e Engenharia de Materiais possuía uma maior rigidez nas suas cláusulas, conseqüentemente gerava um maior controle e organização da gestão do Programa.

A nota alcançada pelo Programa em Ciência e Engenharia de Materiais (nota 5) deve-se também ao fato de no ano de 2104 ter sido aprovado o Doutorado do curso. Uma vez que, para que seja aprovado o APCN do Doutorado, o Programa de Mestrado deve possuir critérios específicos de qualidade no curso.

Já o Programa em Ciência Política foi descredenciado após receber a nota 2 na Avaliação Quadrienal da CAPES 2017. Dentre os principais motivos para o descredenciamento destaca-se:

Na Portaria nº 59, de 21 de março de 2017, que dispõe sobre o Regulamento da Avaliação Quadrienal, considera-se o menor valor dentre as notas obtidas pelo programa nos Quesitos corpo docente e produção intelectual, para definir o limite da nota final. (BRASIL, 2017).

No item produção intelectual, a produção qualificada do Programa em Ciência Política por docente permanente foi fraca. Além disso, a produção apresentou alta concentração. Foram publicados 05 artigos qualificados no período (3 A2; 2 B1), concentrados em apenas um único docente.

E no final sugeriu-se um Plano de Ação com medidas que possam ajudar os gestores de pós-graduação na melhoria da qualidade e eficiência de seus cursos e por consequência aumente a nota de Avaliação da CAPES. Tais recomendações apresentadas foram: Maior controle das reuniões dos Colegiados; Maior controle das produções docentes e discentes; Maior divulgação do curso; Incentivo a qualificação dos coordenadores, vice coordenadores e equipe administrativa em cursos da área de gestão e afins; Incentivo a entrada de professores permanentes de acordo com a produção intelectual; Incentivo à integração e cooperação com outros programas e centros de pesquisa e desenvolvimento profissional relacionados à área de conhecimento do programa; Atualização constante da página do Programa na internet; Atualização periódica do Regimento Interno do Programa.

Para futuros estudos, sugere-se a análise de outros Programas de Pós-Graduação para se observar se existe a tendência das similaridades de gestão ou se existem mais divergências das que foram encontradas no presente trabalho.

REFERÊNCIAS

ABRUCIO, F. L. Trajetória recente da gestão pública brasileira: um balanço crítico e a renovação da agenda de reformas. *Revista de Administração Pública*, Edição Especial Comemorativa, p. 67-86, 2007.

ALVES, Miriam Fábila; OLIVEIRA, João Ferreira de. Pós-Graduação no Brasil: do Regime Militar aos dias atuais. 2014.

ANDRÉ, Marli. Desafios da pós-graduação e da pesquisa sobre formação de professores. **Educação & Linguagem**, v. 10, n. 15, p. 43-59, 2007.

ANTÓNIO, Nelson Santos; TEIXEIRA, António. Gestão da qualidade: de Deming ao modelo de excelência da EFQM. **Lisboa: Edições Sílabo**, 2007.

ARAGÃO, Cecília Vescovi de. Burocracia, eficiência e modelos de gestão pública: um ensaio. 1997.

BALBACHEVSKY, Elizabeth. A pós-graduação no Brasil: novos desafios para uma política bem sucedida. **Os desafios da educação no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira**, v. 1, p. 285-314, 2005.

BIANCHETTI, Lucídio and FAVERO, Osmar. História e histórias da pós-graduação em educação no Brasil. *Rev. Bras. Educ.* [online]. 2005, n.30, pp.03-06. ISSN 1413-2478. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782005000300001>.

BINGHAM, L; O'LEARY, R. Big ideas in collaborative public management. New York: ME Sharpe, 2008.

BRASIL. CAPES-Documento de área Ciência Política. Disponível em: http://capes.gov.br/images/documentos/Documentos_de_area_2017/39_cpol_docarea_2016.pdf. Acessado em: 30/11/2017.

_____. Ficha de Avaliação/Reconsideração- Ciência dos Materiais. 2017. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/avaliacao/consultaFichaAvaliacao.jsf>. Acessado em: 16/05/2018.

_____. Ficha de Avaliação/Reconsideração- CIÊNCIA POLÍTICA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS. 2017. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/avaliacao/consultaFichaAvaliacao.jsf>. Acessado em: 15/05/2018.

_____. Livro de Atas do Programa de Pós-Graduação Ciência Política-UFPI. Teresina, 2007.

_____. Livro de Atas do Programa de Pós-Graduação Ciência e Engenharia de Materiais-UFPI. Teresina, 2011.

_____. Programa de Pós-Graduação em Ciência e Engenharia dos Materiais -UFPI. Disponível em: <http://www.leg.ufpi.br/materiais/> . Acesso em: 20 de janeiro de 2019.

_____. Programa de Pós-Graduação Ciência Política-UFPI. Disponível em: <http://www.leg.ufpi.br/cienciapolitica/> . Acesso em: 20 de janeiro de 2019.

_____. Programa de Pós-Graduação Ciência Política-UFPI. Regimento Interno, estabelecido pela Resolução nº 91/07 CEPEX/UFPI de 26 de março de 2007. Disponível em: [http://www.leg.ufpi.br/subsiteFiles/cienciapolitica/arquivos/files/Regimento%20Interno%20final%20\(2\).pdf](http://www.leg.ufpi.br/subsiteFiles/cienciapolitica/arquivos/files/Regimento%20Interno%20final%20(2).pdf) . Acesso em: 30 de junho de 2018.

_____. Programa de Pós-Graduação em Ciência e Engenharia dos Materiais-UFPI. Regimento Interno. Disponível em: http://leg.ufpi.br/subsiteFiles/materiais/arquivos/files/Regimento%20PPGCM%202017_FINAL.pdf . Acesso em: 29 de junho de 2018.

_____. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Reformulação do Sistema de Avaliação da Pós-graduação: o modelo a ser implantado na avaliação de 1998 (documento em discussão). Brasília, DF: CAPES, 1996.

_____. Plano Nacional de Educação: Lei n. 10.172/01. João Pessoa: Secretaria de Educação e Cultura da Paraíba, 2001.

_____. Portal UFPI. Disponível em: <http://leg.ufpi.br/ppged/index/pagina/id/1758>. Acesso em 25 de setembro de 2017.

_____. Avaliação Quadrienal. Disponível em://
<http://avaliacaoquadrienal.capes.gov.br/documentos-de-area>. Acessado em:
 30/10/2017.

_____. Capes história e missão 2008. Disponível em://
www.capes.gov.br/sobre/historia.html. Acessado em: 15/10/2017.

_____. Carta Constitucional, 1988.

_____. Decreto nº 29.741, de 11 de julho de 1951.

_____. Parecer nº 977/65, de 3 de dezembro de 1965.

_____. Decreto nº 86.791, de 28 de dezembro de 1981.

_____. CAPES. Portaria nº 013, de 01 de abril de 2002.

_____. CAPES. Portaria nº 1325, de 22 de setembro de 2011.

_____. CAPES. Portaria Nº 59, de 21 De março De 2017.

_____. CAPES. Resolução Nº 05, de 11 de dezembro de 2014.

_____. Regimento Interno do Programa em Ciência e Engenharia dos Materiais da UFPI. Disponível em: <https://leg.ufpi.br/subsiteFiles/materiais/arquivos/files/Regimento%20PPGCM%202017_FIN_AL.pdf>. Acesso em: 21 jul. 2018.

_____. Regimento Interno do Programa em Ciência Política UFPI. Disponível em: <[https:// http://www.leg.ufpi.br/cienciapolitica/index/pagina/id/8667](https://http://www.leg.ufpi.br/cienciapolitica/index/pagina/id/8667)>. Acesso em: 18 jul. 2018.

GATTI, B. y; ANDRÉ, M. y; FÁVERO, O. y; CANDAU, V. (2003). O modelo de avaliação da CAPES. Revista Brasileira de Educação, [en línea] (22), pp.137-144. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=27502212>

MACCARI, E. A. Contribuição a gestão dos programas de pós-graduação stricto sensu em Administração no Brasil com Base nos Sistemas de Avaliação Norte Americano e Brasileiro. 2008, 250f. Tese de doutorado. Faculdade de Economia Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

MACCARI, Emerson Antonio; LIMA, Manolita Correia; RICCIO, Edson Luiz. Uso do sistema de avaliação da CAPES por programas de pós-graduação em administração no Brasil. Revista de Ciências da Administração, v. 11, n. 25, p. 68-82, 2009.

_____. Classificação de eventos -documentos critérios eventos. Disponível em: https://capes.gov.br/images/documentos/Classifica%C3%A7%C3%A3o_de_eventos_2017/DOCUMENTO_CRIT%C3%89RIOS_EVENTOS_-_AREA_DE_ENSINO_-_46.pdf. Acessado em: 22/05/2018.

_____. Relatório da Avaliação Quadrienal 2017- Ciência Política e Relações Internacionais. Disponível em: http://www.capes.gov.br/images/documentos/Relatorios_quadrienal_2017/20122017_ci%C3%A4nciapolitica_relatoriodeavalia%C3%A7%C3%A3o_quadrienal2017_final.pdf. Acessado em: 20/05/2018.

_____. Requisitos para a Apresentação de Propostas de Cursos Novos (APCN)- Ciência Política e Relações Internacionais. 2016. Disponível em: http://www.capes.gov.br/images/documentos/Criterios_apcn_2semestre/Crit%C3%A9rios_de_APCN_2017__Ci%C3%A4ncia_Pol%C3%ADtica_e_Rela%C3%A7%C3%B5es_Internacionais.pdf. Acessado em: 10/05/2018.

Carolina Alencar Nigro; Renato Ribeiro Nogueira Ferraz; Luc Quoniam; Wonder Alexandre Luz Alves; Luis Renato Rotta Messais. Prestação de contas anual e quadrienal à Capes por um programa de Pós- Graduação stricto sensu em Engenharia de Produção: utilização da ferramenta computacional Scriptlattes-Scriptsucupira. **PRISMA.COM** (29) 2015, p. 3-26.

CAMPOS, Vanessa T. Bueno; BORGES, Marllon Fernandes; ARAÚJO, Juliana Beatriz. Programa de acompanhamento e avaliação da capes: qualidade acadêmica ou controle do estado. **Revista Educação e Políticas em Debate**, v. 3, n. 1, 2014.

CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J. et al. A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis, Vozes, 2008.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Graduação/pós-graduação: a busca de uma relação virtuosa. **Educação & Sociedade**, v. 25, n. 88, p. 777-793, 2004.

CROSBY. P.B. Quality is free. New York: New American Library, 1979.

DANTAS, Flávio. Responsabilidade social e pós-graduação no Brasil: ideias para (avali) ação. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, v. 1, n. 2, 2004.

DENHARDT, R. B. Teoria geral da Administração pública. São Paulo: Cengage, 2012.

DENHARDT, J; DENHARDT, R. The new public service: serving not steering. New York: M.E. Sharpe, 2007.

DIAS SOBRINHO, José. Avaliação: políticas educacionais e reformas da educação superior. São Paulo: Cortez, 2003.

DOS Santos, Cássio Miranda, TRADIÇÕES E CONTRADIÇÕES DA PÓS-GRADUAÇÃO NO BRASIL. **Educação & Sociedade** [en linea] 2003, 24 (Agosto-Sin mes) : [Fecha de consulta: 14 de febrero de 2018] Disponible en:<<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=87313721016>> ISSN 0101-7330

DOURADO, Luiz Fernandes. Reforma do Estado e as políticas para a educação superior no Brasil nos anos 90. 2002.

DRAIBE, Sonia Miriam. O 'Welfare State' no Brasil: características e perspectivas. **Ciências Sociais Hoje**, 1989. São Paulo, ANPOCS; Vértice, 1989.

ETGES, N. J. Produção de conhecimento e interdisciplinaridade. **Educação e Realidade**, v. 18, n. 2, p.73-82, 1993.

GRANJEIRO, J. Wilson, **Direito Administrativo Moderno**, 2005, pág. 57.

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 184p.

JACCOUD, Luciana. **Proteção social no Brasil: debates e desafios.**In: **Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil.** MDS/UNESCO, 2009.p.57-86.

JURAN, J. M. et al. Quality Control Handbook. New York. Mc Graw Hill, 1974.

KUENZER, A.Z.; MORAES, M.C.M.de. Temas e tramas na pós-graduação em educação. Educação e Sociedade, v. 26, n. 93, p. 13411362, 2005.

LATOUR, B. Políticas da natureza: como fazer ciência na democracia. São Paulo: Edusc, 2003.

LEITE, D. Reformas Universitárias: avaliação institucional participativa. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2005.

LUCE, Maria Beatriz; MOROSINI, Marília. (2005). La Evaluación y Acreditación de la Educación Superior en Brasil In: MORA, José-Ginés; LAMARRA, Norberto Fernández (Coord.). Educación Superior: convergencia entre América Latina y Europa: procesos de evaluación y acreditación de la calidad. Buenos Aires: EDUNTREF.p. 135-157.

MARANHÃO, M. ISO Série 9000: manual de implementação: versão 2000 : o passo-a-passo para solucionar o quebra-cabeça da gestão. 8.ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2006. xv, 212p.

MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru. Introdução a administração. São Paulo: Atlas, 2010.

MELLO, Gilmar Ribeiro de. Governança corporativa no governo federal brasileiro. 2006. 119 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) — FEA/USP, São Paulo.

MOROSINI, Marília Costa; SOUZA, Andréia. A pós-graduação no Brasil: formação e desafios. **Revista Argentina de Educación Superior**, v. 1, n. 1, p. 125-152, 2009.

MOTTA, Paulo Roberto de Mendonça. O estado da arte da gestão pública. **Revista de Administração de Empresas**, v. 53, n. 1, p. 82-90, 2013.

NAGAE, Catia Yumi. **Amostragem intencional**. 2007. Dissertação (Mestrado em Estatística) - Instituto de Matemática e Estatística, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. doi:10.11606/D.45.2007.tde-06122007-205037. Acesso em: 2018-02-25.

NASCIMENTO, Luis Felipe. Modelo Capes de avaliação: quais as consequências para o triênio 2010-2012?. **Administração: Ensino e Pesquisa**, v. 11, n. 4, p. 579-600, 2010.

NIGRO, Carolina Alencar et al. Uso da ferramenta computacional Scriptlattes-Scriptsucupira na prestação de contas anual e quadrienal a capes por um programa de Pós-graduação Stricto sensu em Direito. **Informação & Informação**, [S.l.], v. 21, n. 1, p. 131-158, jun. 2016. ISSN 1981-8920. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/23245>>. Acesso em: 25 fev. 2018. doi:<http://dx.doi.org/10.5433/1981-8920.2016v21n1p131>.

OLIVEIRA, Marlize Rubin; ALMEIDA, Jalcione. Programas de pós-graduação interdisciplinares: contexto, contradições e limites do processo de avaliação Capes. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, v. 8, n. 15, 2011.p.39.

OSBORNE, D; GAEBLER, T. Reinventando o governo. 6. ed. Brasília: MH Comunicação, 1995.

PALADINI, E. P. Gestão da qualidade: teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2000.330p.

PALADINI, Edson Pacheco. Gestão da qualidade: teoria e prática. 2010.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. Uma reforma gerencial da administração pública no Brasil. **Revista do Serviço Público**, v. 49, n. 1, p. 5, 1998.

RUBIN, M. O.; FRANCO, M. E. D. P. Trabalho docente na educação superior: desafios do internacional ao local. In: VII Seminario de la Red Latinoamericana de Estudios Sobre Trabajo Docente, Anais... Buenos Aires, p. 1-17, 2008.

SANTOS, L. L. C. Formação de professores na cultura do desempenho. **Educação & Sociedade**, v. 25, n. 89, p. 1145-1158, 2004

SAVIANI, Demerval. O legado educacional do Regime Militar. Cadernos Cedes. Campinas, SP, vol.28, n.76, set./dez.2008.

SEABRA, Sérgio Nogueira. A nova administração pública e mudanças organizacionais. **Revista de administração pública**, v. 35, n. 4, p. 19-43, 2001.

SGUISSARDI, Valdemar. A avaliação defensiva no “modelo CAPES de avaliação”: É possível conciliar avaliação educativa com processos de regulação e controle do Estado?. **Perspectiva**, v. 24, n. 1, p. 49-88, 2006.

SIQUEIRA, Jairo. O Modelo de Maturidade de Processos: como maximizar o retorno dos investimentos em melhoria da qualidade e produtividade. **IBQN, Brasil**, [http://www. ibqn. com. br](http://www.ibqn.com.br), Fevereiro, 2005.

SLOMSKI, Valmor et al. A demonstração do resultado econômico e sistemas de custeamento como instrumentos de evidenciação do cumprimento do princípio constitucional da eficiência, produção de governança e accountability no setor público: uma aplicação na Procuradoria Geral do Mu. **Revista de Administração Pública**, v. 44, n. 4, p. 933-957, 2010.

SPAGNOLO, F. & CALHAU, M. G., 2002. INFOCAPES – Boletim Informativo da CAPES. 10:7-34.

SPAGNOLO, F.; SOUZA, V. C. O que mudar na avaliação da Capes? **R B P G, Brasília**, v. 1, n. 2, p. 8-34, 2004.

VOGEL, Michely Jabala Mamede. Avaliação da Pós-Graduação Brasileira: análise dos quesitos utilizados pela CAPES e das críticas da comunidade acadêmica. 187 p. Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

WASSEN, Joyce; DE AGUIAR PEREIRA, Elisabete Monteiro; BALZAN, Newton Cesar. Política de avaliação em programas de pós-graduação de excelência em educação. **Atos de Pesquisa em Educação**, v. 1, n. 10, p. 215-243, 2015.

WEBER, Max. Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva. 3. ed. Brasília, UnB, 1994, v.1.